

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	6
Demonstração do Resultado	9
Demonstração do Resultado Abrangente	11
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	12

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	14
DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	15
DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	16
Demonstração de Valor Adicionado	17
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	19
Notas Explicativas	29

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Com Ressalva	69
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	71
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	72
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	73

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.964.596.762
Preferenciais	0
Total	2.964.596.762
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	04/04/2014	Juros sobre Capital Próprio	15/04/2014	Ordinária		0,01681

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
1	Ativo Total	12.418.434	11.330.107	10.549.264
1.01	Ativo Circulante	5.730.271	6.017.764	4.943.199
1.01.01	Disponibilidades	50.478	56.554	71.377
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	548.627	1.206.875	1.193.996
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	337.998	964.997	864.999
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	246.896	278.145	369.446
1.01.02.03	(Provisões para Perdas)	-36.267	-36.267	-40.449
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	2.602.573	2.929.198	1.669.436
1.01.03.01	Carteira Própria	2.291.840	2.893.105	1.645.840
1.01.03.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	310.733	34.130	23.596
1.01.03.03	Vinculados à Prestação de Garantias	0	1.963	0
1.01.04	Relações Interfinanceiras	355.318	368.777	339.770
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	3.306	5.340	2.532
1.01.04.02	Créditos Vinculados - Depósitos no Bacen	352.001	363.259	337.229
1.01.04.03	Créditos Vinculados - SFH	11	178	9
1.01.05	Relações Interdependências	510	2.055	0
1.01.06	Operações de Crédito	1.833.178	1.235.588	1.329.805
1.01.06.01	Operações de Crédito - Setor Público	221.543	33.676	224.588
1.01.06.02	Operações de Crédito - Setor Privado	1.667.793	1.249.265	1.152.382
1.01.06.03	(Provisões para operações de Crédito)	-56.158	-47.353	-47.165
1.01.08	Outros Créditos	339.005	217.264	337.013
1.01.08.01	Carteira de Cambio	27.444	28.013	121.372
1.01.08.02	Rendas a Receber	56.623	52.687	46.846
1.01.08.03	Devedores por Compra de Valores e Bens	958	1.239	1.345
1.01.08.04	Devedores por Depósitos em Garantia	44.748	42.348	38.964
1.01.08.05	Títulos e Créditos a Receber	29.100	14.511	25.579
1.01.08.06	Pagamentos a Ressarcir	18.236	22.291	18.868
1.01.08.07	Créditos Tributários - IR/CS	109.178	60.419	73.993

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
1.01.08.08	Impostos e Contribuições a Compensar	25	39	70
1.01.08.09	Diversos	57.588	9.282	25.870
1.01.08.10	(Provisão para Outros Créditos)	-4.914	-13.571	-15.894
1.01.08.11	Negociação e Intermediação de Valores	19	6	0
1.01.09	Outros Valores e Bens	582	1.453	1.802
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	1.158	1.033	1.684
1.01.09.02	(Provisão para Desvalorização)	-670	-163	-163
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	94	583	281
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	6.428.777	5.065.445	5.383.523
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	4.242.330	3.061.250	3.782.700
1.02.02.01	Carteira Própria	4.163.593	3.048.243	3.769.061
1.02.02.04	Vinculados a Prestação de Garantias	78.737	13.007	13.639
1.02.03	Relações Interfinanceiras	12.569	12.569	12.569
1.02.03.01	Créditos Vinculados - SFH	12.569	12.569	12.569
1.02.05	Operações de Crédito	1.288.400	1.135.695	896.885
1.02.05.01	Operações de Crédito - Setor Público	266.323	469.356	307.828
1.02.05.02	Operações de Crédito - Setor Privado	1.044.835	690.074	607.901
1.02.05.03	(Provisão para Operações de Crédito)	-22.758	-23.735	-18.844
1.02.07	Outros Créditos	885.478	855.931	691.369
1.02.07.03	Créditos Tributários de IR/CS	885.070	832.404	519.511
1.02.07.04	Devedores por Compra de Valores e Bens	408	1.823	2.448
1.02.07.06	Titulos e Créditos a Receber	0	21.705	169.413
1.02.07.08	(Provisão para Outros Créditos)	0	-1	-3
1.03	Ativo Permanente	259.386	246.898	222.542
1.03.01	Investimentos	267	267	267
1.03.01.04	Outros Investimentos	1.625	1.625	1.625
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-1.358	-1.358	-1.358
1.03.02	Imobilizado de Uso	150.332	125.693	116.638

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
1.03.02.01	Imóveis de Uso	52.178	47.421	44.737
1.03.02.02	Outras Imobilizações de Uso	179.332	150.151	131.068
1.03.02.03	Reavaliações de Imóveis de Uso	48.029	48.045	48.045
1.03.02.04	(Depreciações Acumuladas)	-129.207	-119.924	-107.212
1.03.04	Intangível	108.787	120.938	105.635
1.03.04.01	Outros Ativos Intangíveis	185.969	183.596	153.770
1.03.04.02	Amortizações Acumuladas	-77.182	-62.658	-48.135
1.03.05	Diferido	0	0	2
1.03.05.01	Gastos de Organização e Expansão	41.035	41.035	41.046
1.03.05.02	Amortizações Acumuladas	-41.035	-41.035	-41.044

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
2	Passivo Total	12.418.434	11.330.107	10.549.264
2.01	Passivo Circulante	6.918.786	7.422.104	6.800.450
2.01.01	Depósitos	2.808.997	3.070.392	2.359.602
2.01.01.01	Depósitos à Vista	736.098	760.781	641.281
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	586.661	548.813	502.586
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	22.830	18.634	2.358
2.01.01.04	Depósitos à Prazo	1.463.408	1.742.164	1.213.377
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	310.128	34.002	23.495
2.01.02.01	Carteira Própria	310.128	34.002	23.495
2.01.04	Relações Interfinanceiras	2.104	2.739	2.454
2.01.04.01	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	2.104	2.739	2.454
2.01.05	Relações Interdependências	549	2.623	24.043
2.01.05.01	Recursos em transito de Terceiros	410	2.539	3.522
2.01.05.02	Transferências Internas de Recursos	139	84	20.521
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	37.268	32.247	139.223
2.01.06.02	Empréstimos no Exterior	37.268	32.247	139.223
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	96.874	92.993	93.808
2.01.07.01	Tesouro Nacional	34.399	36.793	25.208
2.01.07.02	BNDES	37.085	34.712	49.305
2.01.07.04	Finame	25.301	21.488	19.295
2.01.07.05	Finep	89	0	0
2.01.09	Outras Obrigações	3.662.866	4.187.108	4.157.825
2.01.09.01	Cobrança e Arrec.Trib. e Assemelhados	1.849	543	1.194
2.01.09.02	Carteira de Cambio	232	204	314
2.01.09.03	Sociais e Estatutárias	75.557	65.014	82.426
2.01.09.04	Fiscais e Previdenciárias	114.551	43.328	47.753
2.01.09.05	Neg. Intermediação de Valores	384	4	1
2.01.09.06	Fundos Financeiros e Desenvolvimento	2.794.206	3.488.328	3.595.927

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
2.01.09.07	Provisão para Pagamentos a Efetuar	69.680	67.751	63.411
2.01.09.08	Provisão para Passivos Contingentes	384.296	333.727	283.736
2.01.09.09	Obrigações por Convênios Oficiais	30.102	884	9.090
2.01.09.10	Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	55.592	58.871	35.201
2.01.09.11	Cheques Administrativos	11.109	7.582	10.315
2.01.09.12	Credores Diversos	35.170	30.433	28.457
2.01.09.13	Obrigações prestação serv.e pagamentos	11	11	0
2.01.09.14	Passivos Atuariais	90.127	90.428	0
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	2.805.936	2.283.009	1.765.850
2.02.01	Depósitos	384.032	168.186	156.647
2.02.01.01	Depósitos a Prazo	384.032	168.186	156.647
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	526.659	428.648	389.304
2.02.07.01	Tesouro Nacional	9.026	9.537	16.631
2.02.07.02	BNDES	339.816	282.176	258.603
2.02.07.04	Finame	176.966	136.935	114.070
2.02.07.05	Finep	851	0	0
2.02.09	Outras Obrigações	1.895.245	1.686.175	1.219.899
2.02.09.01	Fiscais e Previdenciárias	8.263	10.238	0
2.02.09.02	Fundos Financ. e de Desenvolvimento	145.819	94.253	73.336
2.02.09.03	Passivos Atuariais	442.988	373.450	0
2.02.09.04	Diversas	1.277.276	1.208.234	1.146.563
2.02.09.05	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	20.899	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	2.693.712	1.624.994	1.982.964
2.05.01	Capital Social Realizado	2.605.372	1.219.669	1.219.669
2.05.01.01	Capital	1.623.252	1.219.669	1.219.669
2.05.01.02	Instrumento Elegível ao Capital Principal	982.120	0	0
2.05.02	Reservas de Capital	2.253	2.253	2.253
2.05.03	Reservas de Reavaliação	25.230	26.174	29.759

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
2.05.03.01	Ativos Próprios	25.230	26.174	29.759
2.05.04	Reservas de Lucro	609.354	899.872	765.780
2.05.04.01	Legal	102.024	92.708	83.582
2.05.04.02	Estatutária	507.330	807.164	682.198
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-548.497	-522.974	-33.754
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	-743

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	1.107.076	892.815	927.393
3.01.01	Operações de Crédito	368.669	291.687	324.218
3.01.02	Res. Oper. Títulos e Valores Mobiliários	728.729	598.663	580.691
3.01.03	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	50	0	0
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	8.947	2.282	22.483
3.01.05	Resultado de Aplicações Compulsórias	681	183	1
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-683.825	-572.028	-558.703
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-253.967	-169.194	-157.009
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-375.205	-325.188	-331.190
3.02.03	Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	-54.653	-77.646	-70.504
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	423.251	320.787	368.690
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-132.393	-153.053	-68.518
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	573.278	515.598	498.832
3.04.02	Despesas de Pessoal	-455.985	-421.580	-369.245
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-250.743	-253.513	-246.667
3.04.04	Despesas Tributárias	-78.044	-67.547	-63.808
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	576.496	660.633	415.987
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-497.395	-586.644	-303.617
3.05	Resultado Operacional	290.858	167.734	300.172
3.06	Resultado Não Operacional	7.493	3.461	11.231
3.06.01	Receitas	8.362	4.157	12.237
3.06.02	Despesas	-869	-696	-1.006
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	298.351	171.195	311.403
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-177.750	-106.014	-103.419
3.09	IR Diferido	83.460	132.903	-22.062
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-17.742	-15.586	-15.616
3.10.01	Participações	-17.742	-15.586	-15.616
3.10.01.01	Participações Estatutárias no Lucro	-17.742	-15.586	-15.616

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	186.319	182.498	170.306
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	0,06285	0,06156	0,05745

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	186.319	182.498	170.306
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-24.810	-488.286	-41.155
4.02.01	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-42.764	-662.681	-61.843
4.02.02	Realização da Reserva de Reavaliação	1.574	1.557	1.751
4.02.03	IR e CSLLsobre Outros Lucros Abrangentes	16.380	172.838	24.037
4.02.04	Ajuste de Exercícios Anteriores	0	0	-5.100
4.03	Resultado Abrangente do Período	161.509	-305.788	129.151

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-742.551	772.351	428.302
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	685.787	588.953	40.395
6.01.01.01	Lucro Líquido	186.319	182.498	170.306
6.01.01.02	Ajuste de exercícios anteriores	0	0	-5.100
6.01.01.03	Ajustes de Aval. Patrimonial - CVM 695	0	0	-46.456
6.01.01.04	Depreciações e amortizações	29.403	28.499	29.245
6.01.01.05	Provisão p/ oper. crédito e outros créditos	54.710	77.658	74.104
6.01.01.06	Rendas de TVM disponíveis p/ venda	0	0	-355.472
6.01.01.07	Rendas de TVM mantidos até o vencimento	0	0	-45.032
6.01.01.08	Resultado com variação cambial	-8.881	3.068	0
6.01.01.09	Ganhos de Capital	-827	-831	-677
6.01.01.10	Despesas com Perdas Permanentes com TVM	0	0	1.469
6.01.01.11	Despesas de provisões p/ passivos contingentes	242.873	208.272	160.373
6.01.01.12	Despesas de provisões p/ riscos do FNO	251.827	248.114	144.363
6.01.01.13	Despesas de provisões p/ outros ativos atuariais	15.228	155.969	0
6.01.01.14	Reversão de prov. p/oper.créd.e outros créditos	-57	-12	-3.600
6.01.01.15	Reversão de outras provisões operacionais	-2.914	-176.592	-16.771
6.01.01.16	Reversão de outras prov. operac.- Aplic.Dep.Interf.	0	-4.787	0
6.01.01.17	Juros sobre capital provisionados	0	0	-66.357
6.01.01.18	Baixa do Intangível	1.413	0	0
6.01.01.19	IR e CS Diferidos	-83.460	-132.903	0
6.01.01.20	Outros	153	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.428.338	183.398	387.907
6.01.02.01	Aumento em TVM p/ negociação	-1.067.244	47.370	77.259
6.01.02.02	(Aumento)/Redução em outros val.e bens	365	125	1.562
6.01.02.03	Redução em aplicações interf. de liquidez	31.249	91.907	180.764
6.01.02.04	(Aumento)/redução em relações interf. interdependencias	15.004	-52.198	-30.204
6.01.02.05	Aumento em operações crédito	-800.234	-195.848	-115.811

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.01.02.06	Aumento em outros créditos	-71.720	-93.438	-42.038
6.01.02.09	Redução em depósitos	-45.549	722.330	178.599
6.01.02.10	Aumento em obrigações empr.repasse	106.913	-68.449	52.695
6.01.02.11	Aumento/(redução) captações merc.aberto	276.126	10.508	-410.670
6.01.02.12	Aumento em outras obrigações	225.211	-185.738	495.751
6.01.02.13	Redução de IR e CS pagos	-98.459	-93.171	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	169.485	-621.001	-283.003
6.02.01	(Aumento)/Redução em TVM dispon. p/venda	193.359	-578.984	-330.947
6.02.02	Redução em TVM mantidos até o vencto.	19.430	10.614	63.097
6.02.03	Adição de Bens não de uso	0	0	-378
6.02.04	Alienação de Bens não de uso	0	224	0
6.02.05	Inversões em imobilizados de uso	-41.449	-23.204	-15.855
6.02.06	Alienação do imobilizado de uso	1.934	175	1.285
6.02.08	Aplicação do Intangível	-3.789	-29.826	-205
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-60.009	-66.175	-12.994
6.03.01	Juros s/ capital próprio pagos	-60.009	-66.175	-12.994
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-633.075	85.175	132.305
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.021.551	936.376	804.071
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	388.476	1.021.551	936.376

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.219.669	2.253	26.174	899.872	0	-522.974	1.624.994
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1.219.669	2.253	26.174	899.872	0	-522.974	1.624.994
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	186.319	0	186.319
5.05	Destinações	0	0	0	113.065	-187.263	0	-74.198
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-71.179	0	-71.179
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	113.065	-116.084	0	-3.019
5.05.03.01	Reservas	0	0	0	113.065	-113.065	0	0
5.05.03.02	Remuneração IECF	0	0	0	0	-3.019	0	-3.019
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-25.523	-25.523
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-1.809	-1.809
5.07.04	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-23.714	-23.714
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	403.583	0	0	-403.583	0	0	0
5.08.01	Homologação do Aumento de Capital	403.583	0	0	-403.583	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	982.120	0	0	0	0	0	982.120
5.11.01	Instrumento Elegível ao Capital Principal	982.120	0	0	0	0	0	982.120
5.12	Outros	0	0	-944	0	944	0	0
5.12.01	Movimentação da Reserva de reavaliação	0	0	-1.574	0	1.574	0	0
5.12.02	Imposto e Contribuição sobre Reserva de Reavaliação	0	0	630	0	-630	0	0
5.13	Saldo Final	2.605.372	2.253	25.230	609.354	0	-548.497	2.693.712

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.219.669	2.253	29.759	765.780	-743	-33.754	1.982.964
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	-476.916	-476.916
5.03	Saldo Ajustado	1.219.669	2.253	29.759	765.780	-743	-510.670	1.506.048
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	182.498	0	182.498
5.05	Destinações	0	0	0	134.092	-182.690	0	-48.598
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-48.598	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	134.092	-134.092	0	0
5.05.03.01	Reservas	0	0	0	134.092	-134.092	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-12.304	-12.304
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-12.304	-12.304
5.12	Outros	0	0	-3.585	0	935	0	-2.650
5.12.01	Movimentação da Reserva de Reavaliação	0	0	-1.557	0	1.557	0	0
5.12.02	Imposto e Contribuição s Res.Reavaliação	0	0	-2.028	0	-622	0	-2.650
5.13	Saldo Final	1.219.669	2.253	26.174	899.872	0	-522.974	1.624.994

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.219.669	2.253	30.809	678.132	0	3.352	1.934.215
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	-5.100	-16.862	-21.962
5.03	Saldo Ajustado	1.219.669	2.253	30.809	678.132	-5.100	-13.510	1.912.253
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	170.306	0	170.306
5.05	Destinações	0	0	0	87.648	-166.999	0	-79.351
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-79.351	0	-79.351
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	87.648	-87.648	0	0
5.05.03.01	Reservas	0	0	0	87.648	-87.648	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-20.244	-20.244
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	9.350	9.350
5.07.04	Ajustes de Aval.Patrimonial - Adoção Del.CVM 695/2012	0	0	0	0	0	-29.594	-29.594
5.12	Outros	0	0	-1.050	0	1.050	0	0
5.12.01	Movimentação da Reseva de Reavaliação	0	0	-1.751	0	1.751	0	0
5.12.02	Imposto e Contribuição s/ Reserva Reavaliação	0	0	701	0	-701	0	0
5.13	Saldo Final	1.219.669	2.253	29.759	765.780	-743	-33.754	1.982.964

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
7.01	Receitas	2.209.690	1.994.861	1.782.939
7.01.01	Intermediação Financeira	1.107.076	892.815	927.393
7.01.02	Prestação de Serviços	573.278	515.598	498.832
7.01.03	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-54.653	-77.646	-70.504
7.01.04	Outras	583.989	664.094	427.218
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-629.172	-494.382	-488.199
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-707.766	-800.906	-511.571
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-38.660	-38.346	-39.529
7.03.02	Serviços de Terceiros	-171.711	-175.915	-168.425
7.03.04	Outros	-497.395	-586.645	-303.617
7.04	Valor Adicionado Bruto	872.752	699.573	783.169
7.05	Retenções	-29.403	-28.499	-29.245
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-29.403	-28.499	-29.245
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	843.349	671.074	753.924
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	843.349	671.074	753.924
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	843.349	671.074	753.924
7.09.01	Pessoal	396.713	367.054	323.058
7.09.01.01	Remuneração Direta	308.804	290.487	247.636
7.09.01.02	Benefícios	66.579	57.410	57.448
7.09.01.03	F.G.T.S.	21.330	19.157	17.974
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	249.348	110.770	251.093
7.09.02.01	Federais	241.837	104.668	245.381
7.09.02.02	Estaduais	19	16	21
7.09.02.03	Municipais	7.492	6.086	5.691
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	10.969	10.752	9.467
7.09.03.01	Aluguéis	10.969	10.752	9.467
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	186.319	182.498	170.306
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	71.179	48.598	79.351

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	115.140	133.900	90.955

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO DE 2014

Senhores Acionistas,

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do Banco da Amazônia, relativas ao exercício de 2014, os quais foram elaborados em conformidade com a legislação societária e demais normativos legais.

1 - PANORAMA ECONÔMICO

Em 2014, a economia global teve desempenho moderado e gradual, embora não equânime entre todos os países, tendo as economias desenvolvidas apresentado maior estabilidade do que as emergentes. No contexto interno, a taxa de crescimento do PIB no terceiro trimestre foi positiva revertendo a tendência observada nos dois trimestres anteriores. No entanto, a balança comercial foi deficitária, apontando o primeiro resultado negativo desde o observado em 2000. Além disso, a taxa de inflação continuou próxima à meta estipulada pelo Conselho Monetário Nacional. Apesar dos desequilíbrios macroeconômicos, a taxa de desemprego se manteve em patamar inferior às alcançadas em períodos anteriores.

Na Amazônia Legal, a desaceleração do crescimento chinês provocou a retração nos preços das *commodities* (minério de ferro e soja), diminuindo as receitas das exportações da região. No estado do Amazonas, o fraco desempenho do consumo das pessoas, afetou a produção da Zona Franca de Manaus.

2 - AÇÕES ESTRATÉGICAS

Revisão do Planejamento Estratégico

O ano de 2014 foi marcado pela revisão e atualização do Plano Estratégico do Banco da Amazônia para o período 2015-2019, que resultou em novas declarações estratégicas para a Instituição: Missão, Visão e Valores, as quais podem ser acessadas em www.bancoamazonia.com.br.

Principais Ações Estratégicas

As principais ações estratégicas contaram com a conclusão de importantes projetos para o fortalecimento do Banco, com destaque para: Gestão de Capital, que visa dotar o Banco de uma estrutura capaz de conceber e acompanhar o Plano de Capital da empresa; apoio à Ciência & Tecnologia na Amazônia (371 projetos científicos e de inovação tecnológica, no montante de R\$26,5 milhões aplicados); projeto de pesquisa “Promovendo a Sociobiodiversidade” que recebeu o Prêmio ANA (Agência Nacional das Águas) 2014, a maior premiação do Brasil relativa ao tema “Água”; implantação do *site* de contingências; novo modelo de dimensionamento da Rede de Atendimento; portal educacional do Banco da Amazônia e o novo modelo de Gestão de Pessoas (conclusão da 1ª fase do projeto, e início da 2ª fase).

Programa Supera Mais – “Você faz. Os resultados aparecem!”

O Programa Supera Mais, voltado para a alavancagem de negócios, passou por ajustes com o intuito de melhorar o acompanhamento das metas e a apuração detalhada dos resultados, aumentando de 7 para 15 os indicadores estratégicos, com a seguinte composição:

- **Subprograma “Mais Clientes”** – Inserção de perspectiva que vincula a necessidade estratégica do Banco em expandir a sua base de clientes. Indicadores: Clientes Negociais, Novos Clientes e Limite de Crédito;
- **Subprograma “Mais Resultados”** – Ampliação do foco de atuação, incluindo, além do resultado gerencial, os indicadores de receita com tarifas de serviços, receitas de pacotes de tarifas, recuperação de crédito e índice de cobertura da provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD);
- **Subprograma “Mais Negócios”** – Compreende a aplicação e liberação de crédito (comercial e fomento), envolvendo as operações nos segmentos Pessoa Física e Pessoa Jurídica, de todos os portes, com foco

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



especial no atendimento das micro e pequenas empresas (MPes), empreendedores individuais e microcrédito.

Os ajustes realizados no programa contribuíram para a melhora nos resultados do exercício de 2014 em comparação com 2013, com destaque para os seguintes indicadores:

- **Mais Clientes:** foram captados no ano, 22.824 novos clientes, superando a meta em 9,7% (20.808 clientes);
- **Fomento Contratação:** crescimento de 13,1% atingindo R\$6.087,6 milhões (R\$ 5.384,7 milhões em 2013);
- **Receitas de tarifas:** evoluíram 33,4% alcançando R\$114,7 milhões no período (R\$86,0 milhões em 2013);
- **Volume de crédito para Micro e Pequena Empresa:** crescimento de 40,5%, sendo R\$940,9 milhões em 2014, contra R\$669,6 milhões em 2013;
- **Captação de Recursos:** O montante de captação apresentou crescimento de 16,3%, sendo o saldo médio de R\$3.161,7 milhões no período (R\$2.717,4 milhões em 2013).

Atuação para o desenvolvimento sustentável da Região

Na condição de agente financeiro do Governo Federal na Região Amazônica, o Banco da Amazônia atua em consonância com as políticas, planos e programas governamentais voltados ao desenvolvimento sustentável, atendendo, por meio de sua política de crédito, todos os 450 municípios que integram a base político-institucional da Região Norte, apoiando, prioritariamente, iniciativas empreendedoras que visem à utilização racional dos recursos naturais. Assim, alinhado à sua Visão, o Banco iniciou o Projeto Corporativo de revisão da sua Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), aderente à Resolução CMN nº 4.327, de 25/04/2014.

3 – DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

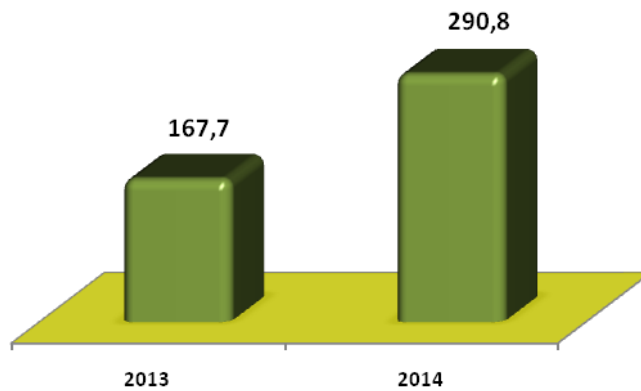
1. Resultado

O Banco da Amazônia apresentou no exercício de 2014 lucro líquido de R\$186,3 milhões, registrando crescimento de 2,1% em relação a 2013 (R\$182,5 milhões), com destaque para os seguintes aspectos:

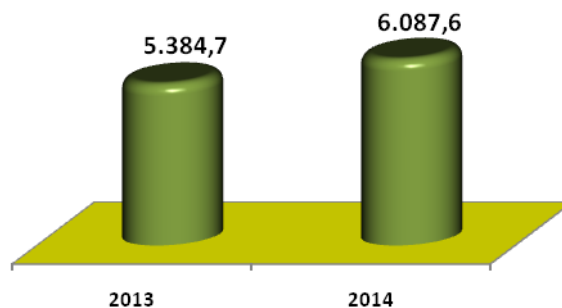
1.1. Resultado Operacional

O Resultado Operacional evoluiu em 73,4%, passando de R\$167,7 milhões para R\$290,8 milhões, fruto das ações estratégicas do Banco fruto das ações estratégicas do Banco que consistiram na potencialização das receitas, especialmente de operações de crédito e tarifas bancárias e o controle eficiente das despesas, principalmente as de provisão de crédito como base na melhoria da qualidade das operações, destacando-se:

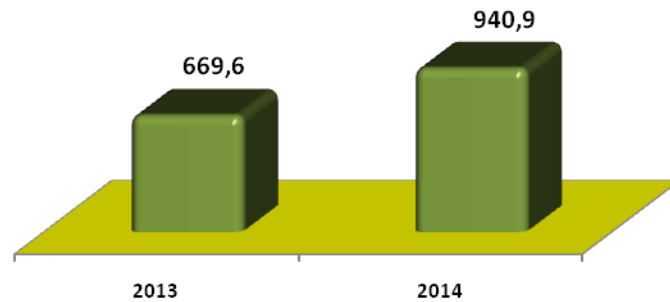
- Elevação das Receitas de Operações de Crédito em 26,4%;
- Evolução do resultado com Títulos e Valores Mobiliários de 21,7%;
- Aumento das receitas com Tarifas Bancárias da ordem de 33,4%;
- Redução das despesas com Provisão para Operações de Crédito (PCLD) em 29,6%;
- Diminuição de Outras Despesas Operacionais da ordem de 15,2%.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Resultado Operacional - em R\$ milhões****1.2. Crédito de Fomento**

As ações do Programa “Supera Mais” permitiram, no ano de 2014, que o volume de aplicações no crédito de longo prazo chegasse ao patamar dos R\$6.087,6 milhões, superando em 13,1% o desempenho do ano de 2013 (R\$5.384,7 milhões). Teve como principal fonte de recursos o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), cujo volume atingiu R\$5.366,5 milhões, ultrapassando em R\$644,8 milhões o volume aplicado em 2013 (R\$4.721,7 milhões).

Crédito de Fomento - em R\$ milhões**1.3. Crédito para Micro e Pequenas Empresas (MPes)**

O segmento de micro e pequenas empresas é um importante propulsor da economia nacional e de grande relevância para o desenvolvimento da região Amazônica. Por isso em 2014 o Banco apoiou o setor com diversas linhas de crédito modernas e aderentes às necessidades desse segmento, chegando ao volume de R\$940,9 milhões, o que representa um crescimento de 40,5% em comparação ao ano de 2013 (R\$669,6 milhões).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Crédito para Micro e Pequenas Empresas - em R\$ milhões****1.4. Crédito para Microempreendedores Individuais (MEI)**

No que se refere aos microempreendedores individuais, o Banco da Amazônia aplicou em 2014 o montante de R\$11,1 milhões contra R\$10,6 milhões em 2013, representando uma evolução de 4,7%, contribuindo diretamente com a bancarização e a formalização dos pequenos negócios na Amazônia.

1.5. Microcrédito Produtivo Orientado – Programa AMAZÔNIA FLORESCER

Alinhado ao Programa Crescer do Governo Federal, o Programa Amazônia Florescer atende de forma ágil e sem burocracia aos pequenos negócios, tanto na área urbana (microempreendedores informais e formais com renda bruta anual de até R\$120 mil), quanto na zona rural (familiares enquadrados no microcrédito produtivo rural do PRONAF).

No Microcrédito Urbano, em 2014, foram atendidos 39.403 clientes e aplicado um volume de crédito de R\$68,7 milhões, com crescimento de 7,3% em relação a 2013 (R\$64,0 milhões). Com relação ao Microcrédito Rural o atendimento chegou a 5.556 agricultores familiares e volume de aplicação da ordem de R\$18,0 milhões.

1.6. Crédito para a Agricultura Familiar

O ano de 2014 foi muito especial para o Banco da Amazônia no que se refere à Agricultura Familiar, pois a Instituição desenvolveu diversas ações em comemoração ao ano internacional desse segmento. Por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Banco tem apoiado projetos que atendem aos padrões de responsabilidade política, social, cultural e ambiental. Em 2014 foram capacitados 168 técnicos, sendo 122 empregados do Banco e 46 empregados de empresas de assistência técnica, objetivando a qualificação do crédito rural.

No Plano Safra de 2013/2014, foram aplicados R\$697,3 milhões (39.770 operações) e, considerando exclusivamente o ano de 2014, o volume de aplicação na agricultura familiar chegou aos R\$714,3 milhões, representando a contratação de 34.775 operações.

1.7. Crédito Comercial

O saldo médio da carteira comercial encerrou o ano de 2014 com R\$1.314,3 milhões, representando um aumento de 5,3% em relação a 2013 (R\$1.247,9 milhões). Constituíram destaque as linhas voltadas para capital de giro, câmbio, crédito rotativo, consignados, desconto de títulos e duplicatas, além de outros produtos para os segmentos de pessoa física e jurídica.

1.8. Operações com Títulos e Valores Mobiliários - TVM

A carteira TVM está assim distribuída: 73,1% de títulos públicos federais, principalmente Letras Financeiras do Tesouro (LFT), e 26,9% por títulos privados (letras financeiras, certificados de depósitos interfinanceiros e debêntures).

Em 2014 o resultado com títulos e valores mobiliários atingiu R\$728,7 milhões, contra R\$598,7 milhões em 2013, resultando em um crescimento de 21,7%. As rendas com títulos de renda fixa contribuíram com

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



R\$609,0 milhões (R\$481,7 milhões em 2013), seguido das rendas com aplicações interfinanceiras, no montante de R\$127,3 milhões (R\$111,8 milhões em 2013).

O saldo médio da carteira de títulos registrado em 2014 foi de R\$5.836,5 milhões, 1,4% superior ao registrado em 2013 (R\$5.757,5 milhões). Esse saldo foi impactado no final do exercício positivamente em razão do recebimento de títulos públicos oriundos do contrato de mútuo assinado entre o Banco e a União, no montante de R\$999,9 milhões, nos termos da Lei nº 12.712/2012 e alteração posterior, como reforço do Patrimônio de Referência (PR) na qualidade de Capital Principal, em atendimento às regras do Acordo de Basiléia III.

1.9. Recuperação de Créditos, Tarifas Bancárias e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)

As ações de recuperação de crédito também fazem parte do Programa “Supera Mais” e foram trabalhadas diversas iniciativas por parte do Banco no sentido de dar mais agilidade e foco, resultando num volume de R\$ 134,8 milhões (crescimento de 7,4% em relação a 2013) e a consequente diminuição no ajuste anual das despesas com PCLD, já observado no item 1.1.

2. Captação de Recursos

✓ Depósitos

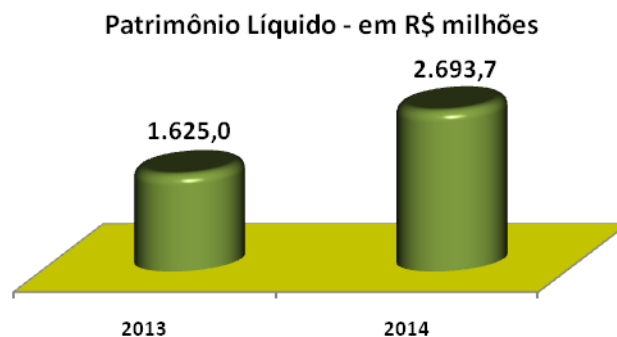
Em 2014 a carteira de depósitos encerrou com saldo médio de R\$3.349,1 milhões (R\$2.873,6 milhões em 2013), com destaque para o crescimento dos depósitos de poupança (de R\$507,6 para R\$576,0 milhões) e a prazo (de R\$ 918,2 milhões para R\$1.260,8 milhões).

✓ Empréstimos e Repasses

Para ampliar suas fontes e assim possibilitar a diversificação das linhas de crédito ofertadas ao tomador final, especialmente para os estados não contemplados com o FNO, o Banco cresceu em captações no BNDES/FINAME e FDA, passando, em média, de R\$548,1 milhões em 2013 para R\$597,5 milhões em 2014.

3. Patrimônio Líquido (PL)

O Banco encerrou o exercício de 2014 com um Patrimônio Líquido de R\$2.693,7 milhões (R\$1.625,0 milhões em 2013), já contemplando o Instrumento Elegível ao Capital Principal, objeto do contrato de mútuo assinado com o Tesouro Nacional e autorizado pelo Banco Central no valor de R\$982,1 milhões.



A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09.12.2014 aprovou a incorporação de 50% da Reserva Estatutária existente em 31.12.2013, no valor de R\$ 403,6 milhões, ao Capital Social, estando o referido montante registrado em Aumento de Capital aguardando a autorização do Banco Central para a incorporação.

4. Índice da Basileia (Limites Operacionais)

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



A mensuração do capital regulamentar (compatibilidade do patrimônio de referência, PR, com grau de risco dos ativos, passivos e compensação) é efetuada em conformidade com a regulamentação vigente. O ano de 2014 encerrou com um índice de 17,5% (13,8% em 2013).

5. Instrumento Elegível ao Capital Principal (Contrato de Mútuo)

No decorrer de 2014, o Banco deu continuidade às negociações com a União, acionista majoritário, no sentido de fortalecer seu Patrimônio de Referência de modo a permitir a continuidade de seus negócios, especialmente a alavancagem das operações de crédito voltadas para a política de desenvolvimento da região Amazônica, bem como atender aos limites exigidos pela regulamentação de Basileia III.

Nesse sentido, em 09.12.2014, foi firmado contrato de mútuo com a União, no valor de até R\$ 1 bilhão, nos termos do artigo 8º da Lei 12.712, de 30 de agosto de 2012, alterada pela Lei 13.043, de 13.11.2014, enquadrando-se no art. 16 da Resolução 4.192, de 1º de março de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN).

O valor foi recebido em títulos públicos federais, no montante de R\$999,9 milhões, enquadrado como Instrumento Elegível ao Capital Principal (IECP) para compor Capital Principal. Referidos títulos foram devidamente monetizados conforme prevê a regulamentação e comprovados junto ao Banco Central do Brasil o que resultou na autorização para compor Capital Principal o montante de R\$982,1 milhões.

4 - GESTÃO DE RISCOS

Gestão do Risco Operacional

O Banco da Amazônia estabeleceu a sua política corporativa de gestão de risco operacional, pautada nas melhores práticas recomendadas pelo Comitê de Basileia e Banco Central do Brasil, e se constitui em uma importante ferramenta para a consecução dos objetivos da Organização, uma vez que norteia a identificação, a avaliação e o monitoramento dos eventos de riscos inerentes às atividades, incorporando a visão de riscos à tomada de decisão.

Risco de Mercado

O Risco de Mercado é mensurado através do cálculo do *Value at Risk* (VAR), teste de *stress* e acompanhamento dos limites de exposição das carteiras de negociação e carteira de não negociação, todos previstos na Política de Risco. As exposições ao Risco de Mercado dos ativos e passivos do Banco são calculadas considerando os fatores de risco que direta ou indiretamente alteram o valor de mercado de uma carteira, incluindo, assim, as taxas de câmbio, as estruturas a termo das taxas de juros, a variação dos índices de preços, os preços das ações e os preços das mercadorias (*commodities*). No segundo semestre de 2014, destaca-se a realização de operações com derivativos, DI Futuro, para *hedge*, o que reflete o perfil conservador de alocações de recursos da Instituição.

Risco de Liquidez

A Política de Risco de Liquidez define os limites dos índices de disponibilidade, plano de contingência e forma de alocação nos vértices para os ativos e passivos. A mensuração, o monitoramento e o controle das exposições ao risco de liquidez são avaliados diariamente de forma a evidenciar os descasamentos entre pagamentos e recebimentos que possam afetar a capacidade de geração de caixa da instituição, levando-se em consideração os diferentes indexadores e prazos de liquidação dos direitos e obrigações. No ano de 2014 ratificou-se a posição líquida do Banco com folga de recursos aplicados em títulos de altíssima e alta liquidez.

5 – REDE DE ATENDIMENTO

O Banco da Amazônia, na condição de agente financeiro do Governo Federal, está alinhado à Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), que visa o fortalecimento de municípios considerados de baixa renda ou estagnados, propiciando a disponibilização de crédito e serviços bancários, fomentando a região, e criando fatores favoráveis à geração de emprego e renda de forma sustentável. Desse modo, para atingir os objetivos priorizados, potencializar seus negócios, proporcionando capilaridade à Instituição e comodidade a seus clientes, o Banco encerrou o exercício de 2014, com 161 pontos de atendimento, dos quais 124 são agências e 37 postos de

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



atendimento, distribuídos em onze unidades da Federação, abrangendo as regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste, inclusive já contemplando nova agência no município de Tefé, no estado do Amazonas.

6 – GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Banco da Amazônia S/A adota como política as boas práticas de Governança Corporativa, convertendo princípios de transparência, equidade, prestação de contas, sustentabilidade e responsabilidade social corporativa, em ações objetivas com seu público interno e externo, disseminando a boa prática de governança e os seus benefícios para a empresa.

A Assembleia Geral é o órgão soberano da companhia. O Conselho de Administração é composto por seis membros, eleitos pela Assembleia Geral. Ressalta-se que o Presidente do Banco é parte integrante do Conselho de Administração, contudo, não é o Presidente do Conselho. O Conselho Fiscal atua de forma permanente na fiscalização da gestão verificando o cumprimento dos deveres legais e estatutários. O Banco possui ainda o Comitê de Auditoria, que é subordinado ao Conselho de Administração, assessorando-o em sua gestão.

No que tange a ética, consta na estrutura organizacional do Banco uma Comissão de Ética, constituída por empregados nomeados pela Administração do Banco e por eleitos pelo próprio funcionalismo. As diretrizes estão pautadas no Código de Ética, que contém os padrões de condutas profissionais exigidos de seus administradores, empregados e contratados, estabelecendo deveres e vedações de acordo com os princípios da ética, da moral, da justiça e da disciplina.

Auditoria Interna

O Banco da Amazônia S/A, na forma da legislação vigente, possui unidade de Auditoria Interna vinculada ao Conselho de Administração. Tal unidade é responsável por fornecer ao órgão de governança e ao Conselho de Administração, avaliações abrangentes baseadas no maior nível de independência e objetividade dentro da organização, de modo a agregar valor à gestão. Os trabalhos de auditoria são geridos de acordo com o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna.

A Auditoria Interna utiliza a aplicação de abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança, tendo como finalidades fortalecer a gestão, racionalizar as ações de controle, bem como prestar apoio aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

Ouvidoria

A Ouvidoria do Banco é um canal especializado de atendimento a clientes e a cidadãos, que busca identificar as necessidades do público externo, zelar pela boa imagem do Banco e aperfeiçoar seu modelo de gestão. Em 2014 foram recebidas no Serviço de Informações ao Cidadão (SIC): 101 demandas, atendidas dentro do prazo. Foram recebidos pelo Sistema de Registro de Denúncias, Reclamações e Pedidos de Informação do Banco Central (RDR), 68 registros, sendo: 33 denúncias e 35 reclamações. Através do Sistema Ouvidor Geral do Ministério da Fazenda foram recebidas 4 solicitações e 4 reclamações. Em comparação a 2013, destaca-se a redução de 37,7% nos registros de reclamações e de 8,9% nos registros de denúncias.

7 – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Em 2014, a área de TI equilibrou seus esforços entre o desenvolvimento de novos projetos e a melhoria de sistemas, integrações e ambiente computacional. As melhorias implantadas em relação aos legados, tanto em sistemas quanto em infraestrutura propiciaram aumento no desempenho do processamento, tornando este mais eficiente e com custo menor, provendo estabilidade, confiabilidade e segurança para os sistemas que suportam os processos de negócios do Banco com enfoque principal nas agências e implantação de projetos com novos produtos para a Instituição.

Os investimentos em sistemas de comunicação e processamentos de dados em 2014 foram de R\$21,9 milhões, contra R\$4,7 milhões em 2013. Destaca-se, ainda, a troca de mais de dois mil computadores nas unidades, gerando melhores condições e recursos para as áreas de negócio e empregados.

Além dessas ações, foi realizado o teste de contingência de toda a infraestrutura de processamento do *data center* principal e *site backup* próprios, em conjunto com a consultoria da empresa *Deloitte*, que acompanhou todo o procedimento, aprovando as ações de contingência e validando a aderência operacional que atende a todos os

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



sistemas e processos de negócio do Banco registrados no documento Análise de Impacto dos Negócios, em conformidade com a Resolução BACEN 3.380/2006, associado à mitigação de riscos de descontinuidade de negócios.

8 – OUTROS DESTAQUES

Patrocínios

No exercício de 2014, o Banco da Amazônia investiu aproximadamente R\$3 milhões de reais em 109 projetos em toda a Região Amazônica, beneficiando diretamente mais de 500 mil pessoas e indiretamente cerca de três milhões de amazônidas. As ações de patrocínio são trabalhadas principalmente em projetos dos segmentos cultural, esportivo, social, ambiental e eventos, feiras e exposições, os quais são selecionados por meio de edital de seleção pública. As ações de patrocínio refletem no desenvolvimento sociocultural e ambiental, na geração de oportunidades de trabalho, emprego e renda, na melhoria da qualidade de vida, na inclusão social, treinamento a atletas (olímpicos e paraolímpicos), dentre outras ações em que o Banco da Amazônia busca estar presente divulgando sua marca, seus produtos e serviços e realizando negócios.

Publicidade e Propaganda

Em 2014, destaca-se a realização de ações estratégicas de comunicação no que diz respeito à gestão da marca, campanhas publicitárias, gestão dos canais de internet e intranet, ações promocionais através das ações de patrocínio e ações de valorização profissional para os colaboradores da Instituição. Visando sempre a valorização da imagem institucional e a atuação mercadológica do Banco, foram realizadas três grandes campanhas publicitárias, mostrando para a sociedade as soluções de crédito que o Banco tem para os diversos segmentos em que atua, bem como a sua importância para o desenvolvimento sustentável da Região.

Eventos Corporativos

Realização de eventos institucionais voltados para o fortalecimento do relacionamento com clientes, acionistas, lideranças, formadores de opinião, instituições parceiras e sociedade, destacando-se: Homenagem Dia Internacional da Mulher, Homenagem Dia da Imprensa, 72 Anos do Banco; Semana de Qualidade de Vida; Dia do Bancário; Inauguração do espaço Bem Viver; Ações Institucionais Círio 2014, Encontro Nacional de Gestores e Confraternização de Final de Ano.

Revista

Edição, no ano de 2014, de cinco edições impressas da Revista Notícias em Movimento, que passou a ser veiculada também com o público de clientes e parceiros, além de divulgação de mais de 800 informativos internos tratando de temas relevantes para a atuação do Banco e para a Sociedade Amazônica, tais como: saúde, cultura, tecnologia, negócios, reconhecimento, etc.

9 - GESTÃO DE PESSOAS

Novo modelo de gestão de pessoas - “Integrar o modelo de gestão de pessoas às metas estratégicas da organização”

O Banco da Amazônia contratou, através de processo licitatório, consultoria para construção de nova política de gestão de pessoas, bem como a nova estrutura para os processos e subsistemas de recursos humanos, que propicie o alto desempenho dos empregados, em termos de motivação, satisfação e crescimento profissional e que possibilite, concomitantemente, produzir impactos financeiros estratégicos positivos nos resultados do Banco. Em 2014 foi concluída a primeira fase do projeto, que contempla o diagnóstico externo das forças que atuam sobre o sistema de RH do Banco, bem como o levantamento do atual perfil interno do RH. Através deste trabalho foi realizado diagnóstico organizacional e a sua contextualização, além de identificadas as oportunidades de melhoria. A partir desta análise, será proposto novo modelo de gestão, que deverá ser desenvolvido durante os exercícios de 2015 e 2016.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Treinamento - “O Banco capacita empregados em prol de melhores resultados”

No exercício de 2014, o Banco investiu o montante de R\$6,0 milhões (R\$5,1 milhões em 2013), em 832 ações de treinamento (593 em 2013), com 17.964 participações (18.251 em 2013). Destacam-se os programas de gestão de pessoas e desenvolvimento gerencial, assim como as capacitações na modalidade de educação à distância.

Composição do quadro de pessoal

O Banco encerrou o exercício de 2014 contando com 3.607 colaboradores (3.681 em 2013), sendo 3.152 empregados e 455 estagiários.

10 - CAIXA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO BANCO DA AMAZÔNIA – CAPAF

Em 2014 o Banco contratou juristas especializados, a fim de opinarem quanto ao procedimento de reconhecer 50% de responsabilidade em face dos déficits apresentados pelos planos administrados pela CAPAF, especificamente o de benefício definido e o misto.

No parecer, os juristas ratificam o procedimento que o Banco vem adotando, evocando o art. 202, § 3º da Constituição que representa limite às contribuições ordinárias das patrocinadoras de planos de benefícios, ou seja, apenas os 50% dos déficits dos planos previdenciários.

Devidamente respaldado pela manifestação jurídica, o Banco vem realizando reuniões com os órgãos reguladores (Banco Central do Brasil e Comissão de Valores Mobiliários) e com os auditores independentes, com o objetivo de eliminar as ressalvas atendendo o que determina a legislação sobre o assunto, especialmente as leis complementares 108 e 109, ambas, de 2001.

O Banco vem mantendo a complementação mensal da folha de pagamento do plano de benefício definido, face a exaustão de seus recursos financeiros e decisão judicial proferida nos autos da ação nº 0000302-75.2011.5.08.0008 proposta perante o Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (Pará e Amapá).

Permanece em fase de instrução para posterior julgamento a Ação Rescisória nº 0016098-06.2014.5.16.0000 ingressada pela Advocacia Geral da União, em abril de 2014, perante o TRT da 16ª Região (MA), visando rescindir decisão da 1ª Vara do Trabalho do Maranhão, que condenou o Banco ao pagamento do déficit atuarial da CAPAF. Em maio de 2014, o relator da Rescisória concedeu medida liminar determinando a suspensão do cumprimento da sentença, até o trânsito em julgado da decisão que vier a ser proferida. O Banco foi intimado a compor a lide e se habilitou no processo na qualidade de assistente da União. O autor contestou a ação. Não houve recurso contra a liminar.

11 - CIRCULAR BACEN Nº 3.068/2001

O Banco da Amazônia declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na forma da Circular do Banco Central nº 3.068/2001, no montante de R\$308,7 milhões, os quais representam 4,5% do total da carteira de títulos.

12 - AUDITORIA INDEPENDENTE – KPMG

A KPMG Auditores Independentes foi contratada em 2013, por intermédio de processo licitatório para prestação de serviços de auditoria externa sobre as demonstrações financeiras do Banco da Amazônia e do FNO.

Em cumprimento a IN CVM nº 381/2003, o Banco declara que, no exercício de 2014, a KPMG não prestou outros serviços que não fossem relacionados à auditoria externa de suas demonstrações financeiras.

13 - AGRADECIMENTOS

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



O Banco da Amazônia aproveita para agradecer aos seus acionistas, clientes, parceiros, formadores de opinião e toda a sociedade amazônica pela confiança e apoio dispensados durante o ano de 2014 e que foram fundamentais para o alcance dos resultados auferidos e para a consolidação desta empresa como a principal Instituição Financeira da Região Norte e braço forte do Governo Federal na consecução das políticas públicas, por meio da promoção do desenvolvimento sustentável da Amazônia e a melhoria no padrão de vida do nosso povo.

A todos o nosso muito obrigado!

A Administração.

Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

ÍNDICE

Nota 1 - Contexto Operacional
Nota 2 - Apresentação das Demonstrações Financeiras
Nota 3 - Principais Práticas Contábeis
Nota 4 - Caixa e Equivalentes de Caixa
Nota 5 - Aplicações Interfinanceiras de Liquidez
Nota 6 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos
Nota 7 - Carteira de Crédito
Nota 8 - Outros Créditos
Nota 9 - Permanente
Nota 10 - Depósitos e Captações no Mercado Aberto
Nota 11 - Obrigações por Empréstimos
Nota 12 - Obrigações por Repasses
Nota 13 - Outras Obrigações
Nota 14 - Patrimônio Líquido
Nota 15 - Imposto de Renda e Contribuição Social
Nota 16 - Desdobramento das Contas de Resultado
Nota 17 - Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam)
Nota 18 - Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)
Nota 19 - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)
Nota 20 - Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)
Nota 21 - Fundo da Marinha Mercante (FMM)
Nota 22 - Fundos de Investimento Financeiro
Nota 23 - Partes Relacionadas
Nota 24 - Benefícios a Empregados
Nota 25 - Remuneração Paga aos Empregados
Nota 26 - Processo de Gerenciamento de Riscos
Nota 27 - Análise de Sensibilidade
Nota 28 - Demonstração do Resultado Abrangente
Nota 29 - Outras Informações

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

O Banco da Amazônia S.A. (Banco), é uma instituição financeira, organizado sob a forma de sociedade anônima de capital aberto e de economia mista e sua matriz está localizada à Avenida Presidente Vargas nº 800, Belém, Pará, Brasil. Tem por objeto a prestação de serviços bancários e a realização de todas as operações inerentes a esta atividade.

Como um dos instrumentos do Governo Federal para promover e executar as políticas creditícias e financeiras, especialmente as voltadas para o desenvolvimento econômico e social da Região Amazônica, opera e administra o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO (nota nº19), administra o Fundo de Investimentos da Amazônia – Finam (nota nº17) e é o agente operador do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA (nota nº 18).

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis definidas pela Lei das Sociedades por Ações, sendo adotadas as alterações introduzidas pela Lei nº11.638/2007 e pela Lei nº11.941/2009, e, também, em observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (Bacen) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Visando à uniformização aos padrões contábeis internacionais, denominado *Internacional Financial Reporting Standard* (IFRS), o Banco acompanha a emissão de pronunciamentos técnicos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que são adotados a partir da aprovação pelos órgãos reguladores das companhias abertas e instituições financeiras, que tornam sua aplicação obrigatória. Estão observados nas Demonstrações Financeiras do Banco os seguintes pronunciamentos:

Resolução nº 3.566/2008 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 R1);
Resolução nº 3.604/2008 – Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 R2);
Resolução nº 3.750/2009 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 R1);
Resolução nº 3.823/2009 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
Resolução nº 3.973/2011 – Evento Subsequente (CPC 24);
Resolução nº 3.989/2011 – Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 R1);
Resolução nº 4.007/2011 – Políticas Contábeis, Mudança Estimativa e Retificação Erro (CPC 23);
Resolução nº 4.144/2012 – Pronunciamento Conceitual Básico (CPC 00 R1).

Os pronunciamentos acima foram aprovados pelo Banco Central do Brasil.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 10 de fevereiro de 2015.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional

As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em reais, moeda funcional do Banco da Amazônia S.A. Os ativos e passivos indexados ao dólar são convertidos pelas taxas correntes e o resultado dessas operações pelas taxas do dólar de fechamento das operações. Os ativos não monetários permanecem registrados ao custo histórico.

b) Critérios de Reconhecimento dos Resultados

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata dia* e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os encargos com férias, licenças-prêmio e 13º salários são reconhecidos por competência mensal, segundo o período de aquisição, inclusive os encargos aplicáveis.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações no mercado aberto, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor e limites (nota nº 4).

d) Ativo e Passivo (Circulante e Não circulante)

Os direitos e as obrigações pactuados com encargos financeiros pós-fixados são calculados *pro rata die*, de acordo com a variação dos respectivos indexadores e registrados a valor presente. Os direitos e as obrigações em moedas estrangeiras são ajustados às taxas cambiais ou índices oficiais da data do encerramento do balanço. Os contratados com encargos prefixados são registrados a valor futuro retificados por contas de “rendas a apropriar” ou “despesas a apropriar”.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável (nota nº 5).

f) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, pertencentes à carteira própria do Banco, são registrados pelo valor efetivamente pago na aquisição, inclusive corretagens e emolumentos quando existentes. São classificados em função da intenção de permanência na carteira, na forma definida pelas Circulares Bacen nºs 3.068/2001 e 3.082/2002, e estão distribuídos em três categorias (nota nº 6):

Títulos para Negociação: são os títulos adquiridos com a finalidade ativa e frequente de negociação, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

Títulos Disponíveis para Venda: são os títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com a finalidade ativa e frequente de negociação. São avaliados pelo valor de mercado, líquidos dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido.

Títulos mantidos até o vencimento: são os títulos para os quais há a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e observáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados pela Anbima, BM&FBovespa ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas, todas razoavelmente aderentes aos preços praticados.

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular Bacen nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados no balanço patrimonial no ativo circulante independente de suas datas de vencimento.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos

A atuação do Banco no mercado de derivativos restringe-se a operações de contrato futuro, exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas (*hedge* de risco de mercado), utilizado exclusivamente para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado dos ativos ou passivos

Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

financeiros.

As operações de contrato futuro são registradas em contas patrimoniais e de compensação, conforme a sua natureza, segundo os dispositivos legais e normas contábeis vigentes e são avaliadas pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços anuais. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas. No cálculo do valor de mercado dessas operações são utilizados parâmetros divulgados pela BM&FBovespa.

A variação no valor de mercado dos derivativos designados para proteção é reconhecida no resultado, ao passo que o ajuste a valor de mercado do item objeto de *hedge* é registrado no resultado do período. Se o instrumento de proteção vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de proteção não se enquadra nas condições do *hedge*, a relação de proteção é terminada.

Os valores de mercado dos Instrumentos Financeiros Derivativos usados como proteção e do item de *hedge* estão divulgados na nota nº 6.b.

h) Operações de Crédito, Adiantamentos sobre contrato de Câmbio e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados, para efeito de provisão para operações de crédito, de acordo com os parâmetros da Resolução CMN nº 2.682/1999, sendo os riscos das operações avaliados com base em critérios consistentes e observáveis, considerando a conjuntura econômica, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos inerentes à operação, aos devedores e aos garantidores. As rendas a apropriar de créditos vencidos há mais de sessenta dias, independente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas (nota nº 7).

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas conforme as normas e instruções do Bacen, associadas a avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

i) Despesas Antecipadas

As Despesas Antecipadas se referem às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço ao Banco ocorrerão durante os exercícios seguintes. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida em que forem sendo realizadas.

j) Ativo Permanente

No Permanente, os Investimentos e os Outros Imobilizados de Uso foram avaliados pelo custo de aquisição. Os Imóveis de Uso próprio são apresentados pelo valor de avaliação (Nota nº 9.a e b). No Intangível, foram contabilizados direitos de uso de sistemas implantados ou em fase de implantação e que fazem parte do projeto de excelência tecnológica do Banco.

O intangível, se houver evidência objetiva de imparidade, tem seus valores recuperáveis testados, no mínimo, semestralmente, ou quando há indicação de perda de valor, definidos

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

conforme os testes realizados pelas áreas técnicas e/ou gestoras (nota nº 9.c).

A depreciação e a amortização são computadas pelo método linear com base nas seguintes taxas anuais: para edificações, são aplicadas taxas variáveis de acordo com a vida útil prevista nos laudos de avaliação; 10% para móveis e utensílios, instalação e sistemas de comunicação e segurança; e 20% para veículos, equipamentos de processamento de dados e intangíveis.

A Reserva de Reavaliação é realizada proporcionalmente à depreciação ou baixa dos bens reavaliados e seu registro retificado por provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos, segundo alíquotas vigentes, creditada na conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados. Esse critério será mantido, atendendo, assim, as orientações emanadas do CMN, através da Resolução nº 3.565/2008.

k) Avaliação do Valor Recuperável

Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável. A partir do exercício de 2008, esse procedimento passou a ser realizado anualmente. Se houver indicação de desvalorização, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado.

l) Depósitos e Captações no Mercado Aberto

Os depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata dia*.

m) Benefícios a Empregados

Os benefícios pós-emprego concedidos pelo Banco correspondem à complementação de aposentadoria e auxílio saúde e são avaliadas trimestralmente de acordo com os critérios estabelecidos na Deliberação CVM nº 695/2012 (nota nº 24).

n) Tributos

As provisões para o Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS/Pasep e Cofins, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo (nota nº 15):

Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro	15%
PIS/Pasep	0,65%
Cofins	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.059/2002, alterada pela Resolução CMN n.º 3.355/2006, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

o) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

Ativos e passivos contingentes referem-se ao reconhecimento de direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. A

Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos pela Deliberação CVM n.º 594/2009 e Resolução CMN n.º 3.823/2009, que determinam:

- Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto os repasses a maior efetuados à Capaf e as ações judiciais que foram honradas pelo Banco porém de responsabilidade daquela Caixa de Previdência que totalizam R\$169.617 (R\$155.969 em 2013). Atualmente, esses ativos se encontram totalmente provisionados.

- Passivos contingentes decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos. Essas contingências são avaliadas por assessores legais, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Sempre que a perda é avaliada como provável, com a expectativa de saída de recursos, é constituída provisão, a qual é calculada tendo como critério o valor estimado da perda média apurada nas condenações nos últimos 05 anos por grupos homogêneos, aplicando-se os valores obtidos sobre cada processo ajuizado contra o Banco. Assim, a regra atual envolve a obrigação de provisionar todos os processos cadastrados, seja pela perda média apurada, seja pelo valor de condenação, atendendo assim, ao CPC n.º 25, aprovado pela Deliberação CVM n.º 594/2009.

- Obrigações legais, fiscais e previdenciárias – decorrem de processos judiciais relacionados às obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos, quando aplicável, integralmente nas demonstrações financeiras.

Os depósitos judiciais e recursais em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

p) Demonstrações do valor adicionado

O Banco elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das Demonstrações Financeiras.

q) Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem as Demonstrações Financeiras é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período e a data na qual é autorizada a emissão dessas informações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

1. os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as demonstrações financeiras, e;
2. os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente relevante para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2014.

r) Uso de Estimativas

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, principalmente, o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e provisão para benefícios pós-emprego. A liquidação das

Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados. A administração do Banco revisa periodicamente essas estimativas e premissas.

s) Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de Erro

O Conselho Monetário Nacional (CMN) emitiu a Resolução nº 4.007/2011, que trata do Pronunciamento Técnico CPC 23. Esse CPC tem o objetivo de definir os critérios para a seleção e a mudança de políticas contábeis, juntamente com o tratamento contábil e divulgação das mudanças nas políticas, nas estimativas e a retificação de erro. O pronunciamento visa, ainda, melhorar a relevância e a confiabilidade das demonstrações financeiras, bem como permitir sua comparabilidade ao longo do tempo com as demonstrações de outras entidades.

t) Lucro por ação

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos no CPC 41 – Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM nº 636/2010. O lucro do Banco é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número de ações ordinárias totais (nota nº 14.f). O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2014	31.12.2013
Disponibilidades	50.478	56.554
Disponibilidade em moeda nacional	40.011	49.178
Disponibilidade em moeda estrangeira	10.467	7.376
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	337.998	964.997
Aplicações no mercado aberto	337.998	964.997
TOTAL	388.476	1.021.551

(*) Referem-se a aplicações com vencimentos iguais ou inferiores a 90 dias, sem expectativa de mudança de valor e resgatáveis a qualquer momento.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	31.12.2014	31.12.2013
Aplicações no mercado aberto	337.998	964.997
Posição Bancada	337.998	964.997
Letras Financeiras do Tesouro	40.001	49.999
Letras do Tesouro Nacional	120.000	864.999
Notas do Tesouro Nacional	177.997	49.999
Aplicações em depósitos interfinanceiros	210.629	241.878
Certificados de Depósitos Interfinanceiros	246.896	278.145
Provisão para perdas aplicações dep. interfinanceiros	(36.267)	(36.267)
TOTAL	548.627	1.206.875
Circulante	548.627	1.206.875
Não circulante	-	-

A Provisão para perdas em aplicações em depósitos interfinanceiros, no valor de R\$36.267 (R\$36.267 em 2013), corresponde ao total aplicado junto ao extinto Banco Santos. A provisão foi constituída pelo valor integral em face da intervenção e liquidação.

As receitas com aplicações interfinanceiras de liquidez totalizaram, no exercício R\$127.316 (R\$111.773 em 2013) e estão registradas como rendas de TVM.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6 Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está distribuída da seguinte forma:

	31.12.2014	31.12.2013
Carteira própria – livres	6.455.433	5.941.348
Títulos Públicos	4.734.430	4.357.270
Letras Financeiras do Tesouro	3.425.895	3.868.691
Letras do Tesouro Nacional	999.867	-
Notas do Tesouro Nacional	10.267	169.717
Certificados Financeiros do Tesouro	298.315	318.691
Títulos da Dívida Agrária	86	171
Títulos Privados	1.721.003	1.584.078
Debêntures	694.510	721.925
Cotas de Fundos de Investimento	154.229	166.347
Letras Financeiras	862.700	695.806
Notas Promissórias	9.564	-
Vinculados a operações compromissadas	310.733	34.130
Títulos Públicos	310.733	34.130
Letras Financeiras do Tesouro	310.733	34.130
Vinculados a prestação de garantias	78.737	14.970
Títulos Públicos	78.737	14.970
Letras Financeiras do Tesouro	78.737	14.970
TOTAL	6.844.903	5.990.448
 Circulante	 2.602.573	 2.929.198
Não circulante	4.242.330	3.061.250

A composição da Carteira de TVM é resultante da política financeira adotada pelo Banco por meio de seu Comitê de Ativos e Passivos. A maior contribuição está representada pelos títulos públicos correspondendo a 74,9% do total da Carteira (73,6% em 2013).

Dos títulos relacionados a prestação de garantias, R\$77.979 (R\$12.553 em 2013) estão vinculados às câmaras de compensação, BM&FBovespa e Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP), e R\$758 (R\$2.417 em 2013) em garantia de processos judiciais.

Classificação dos títulos e valores mobiliários

a.1) Quanto ao vencimento

	2014						
	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima 15 anos	TOTAL
1-Títulos para negociação⁽¹⁾	-	-	1.690.421	-	-	-	1.690.421
Títulos Públicos	-	-	1.690.421	-	-	-	1.690.421
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	690.554	-	-	-	690.554
Letras do Tesouro Nacional	-	-	999.867	-	-	-	999.867
2-Títulos Disponíveis para venda	558.510	343.288	2.314.407	1.599.582	-	30.027	4.845.814
Títulos Públicos	276.259	12.650	1.362.877	1.473.025	-	-	3.124.811
Letras Financeiras do Tesouro	276.259	12.650	1.362.877	1.473.025	-	-	3.124.811
Títulos Privados	282.251	330.638	951.530	126.557	-	30.027	1.721.003
Debêntures	-	71.539	507.115	115.856	-	-	694.510
Cotas Fundos de Invest.-FIDC ⁽²⁾	-	-	21.623	10.701	-	30.027	62.351
Cotas Fundos de Invest.-FIREF	91.878	-	-	-	-	-	91.878
Outros Títulos – LF/NP	190.373	259.099	422.792	-	-	-	872.264

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3-Títulos Mantidos até o vencimento	-	9.280	375	9	299.004	-	308.668
Títulos Públicos	-	9.280	375	9	299.004	-	308.668
Notas do Tesouro Nacional	-	9.194	375	9	689	-	10.267
Certificados Financeiros do Tesouro	-	-	-	-	298.315	-	298.315
Outros títulos públicos - TDA	-	86	-	-	-	-	86
TOTAL 2014	558.510	352.568	4.005.203	1.599.591	299.004	30.027	6.844.903
TOTAL 2013	1.575.627	730.392	873.459	2.294.627	516.343	-	5.990.448

(1) Para fins de publicação, os títulos denominados para negociação são apresentados apenas no ativo circulante, conforme § único do art. 7º da Circular nº 3.068/2001.

(2) Valor líquido de provisão.

a.2) Quanto aos ajustes

	31.12.2014		31.12.2013	Ajustes	31.12.2014
	Custo	Mercado			
Para negociação	1.695.902	1.690.421	283	(5.764)	(5.481)
Letras Financeiras do Tesouro	690.698	690.554	283	(427)	(144)
Letras do Tesouro Nacional	1.005.204	999.867	-	(5.337)	(5.337)
Disponíveis para venda	4.848.851	4.845.814	692	(3.729)	(3.037)
Letras Financeiras do Tesouro	3.126.506	3.124.811	(1.037)	(658)	(1.695)
Notas do Tesouro Nacional	-	-	1.963	(1.963)	-
Debêntures	695.175	694.510	832	(1.497)	(665)
Cotas de Fundos de Investimentos – FIDC	63.037	62.351	(1.066)	380	(686)
Cotas de Fundos de Investimentos – FI REF	91.878	91.878	-	-	-
Outros Títulos Privados - LF	872.255	872.264	-	9	9
Mantidos até o vencimento	308.668	308.668	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional	10.267	10.267	-	-	-
Certificados Financeiros do Tesouro	298.315	298.315	-	-	-
Outros títulos públicos - TDA	86	86	-	-	-

Do total aplicado em Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC), há o montante de R\$1.225 aplicado no fundo administrado pelo Banco BVA (R\$1.607 em 2013), para o qual foi constituída uma provisão sobre 50% do valor do custo do título na época da aquisição no montante de R\$686 (R\$1.038 em 2013) para eventual perda que possa ocorrer devido a intervenção do Banco Central no administrador do Fundo, apesar de não existirem atrasos nos vencimentos dos juros.

Para fins contábeis, os títulos mantidos até o vencimento estão registrados à curva. Caso fossem marcados a mercado, teriam um ajuste negativo de R\$43.059 (R\$44.624 em 2013).

Do total das CFT's, o montante de R\$286.006 (R\$305.541 em 2013) foi recebido pelo Banco no Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais instituído pela Medida Provisória nº 2.196, de 27 de junho de 2001, que contemplou a permuta por títulos dos créditos existentes junto à União dos financiamentos celebrados ao amparo da Lei nº 8.727, de 05 de novembro de 1993. Caso estivessem marcadas a mercado apresentariam uma desvalorização de R\$40.657 (R\$42.248 em 2013).

No exercício de 2014, não houve reclassificações entre categorias nos títulos e valores mobiliários.

O resultado com TVM totalizou no exercício R\$728.729 (R\$598.663 em 2013).

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banco da Amazônia se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para gerenciar suas posições e atender às necessidades, de acordo com limites e alçadas estabelecidas em seus normativos, possuindo ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento desses instrumentos, utilizando metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, utilizando modelos de valor em risco, de sensibilidade e análise de estresse.

O principal risco inerente a esses instrumentos derivativos é o risco de mercado que é a possibilidade de perdas causadas por mudanças no comportamento das taxas de juros e de

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

câmbio, nos preços de ações e de *commodities*.

Instrumentos Financeiros Derivativos classificados como *hedge* de Risco de Mercado

	31.12.2014	31.12.2013
Instrumento de Hedge	Ajuste a Valor de Mercado	Ajuste a Valor de Mercado
Futuro de Juros	275.756	-
Total	275.756	-

Margem dada em garantia de operações com Instrumentos Financeiros Derivativos

Especificação	31.12.2014	31.12.2013
Letras Financeiras do Tesouro	64.120	-
Total	64.120	-

Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

Especificação	31.12.2014	31.12.2013
Ajustes Financeiras Acumulados	(208)	-
Total	(208)	-

7 Carteira de Crédito

As operações de crédito e outros créditos, classificadas de acordo com a Resolução nº 2.682/1999, do CMN, estão compostas da seguinte forma:

	31.12.2014			31.12.2013		
	Normais	Vencidas	Total	Normais	Vencidas	Total
Operações de crédito						
Empréstimos	1.105.578	56.475	1.162.053	964.397	51.392	1.015.789
Títulos descontados	39.070	3.301	42.371	22.928	2.541	25.469
Financiamentos	1.181.785	12.435	1.194.220	977.668	9.845	987.513
Financiamentos rurais	792.619	9.231	801.850	403.078	10.522	413.600
Subtotal	3.119.052	81.442	3.200.494	2.368.071	74.300	2.442.371
Outros créditos	1.352	15	1.367	3.025	37	3.062
Diversos	1.352	15	1.367	3.025	37	3.062
Subtotal	3.120.404	81.457	3.201.861	2.371.096	74.337	2.445.433
Adiantamento sobre contrato de câmbio	24.136	4.765	28.901	25.814	13.669	39.483
TOTAL DA CARTEIRA	3.144.540	86.222	3.230.762	2.396.910	88.006	2.484.916
(Provisões)						
(Operações de crédito)	(41.943)	(36.973)	(78.916)	(31.310)	(39.778)	(71.088)
(Outros créditos)	(6)	-	(6)	(12)	-	(12)
(Câmbio)	(143)	(4.765)	(4.908)	(181)	(13.379)	(13.560)
TOTAL DAS PROVISÕES	(42.092)	(41.738)	(83.830)	(31.503)	(53.157)	(84.660)
TOTAL LÍQUIDO	3.102.448	44.484	3.146.932	2.365.407	34.849	2.400.256

Estes créditos apresentam o perfil especificado a seguir e são classificados com base no critério de vencimento de parcelas:

Operações vincendas

	0 – 30	31 – 60	61 – 90	91 – 180	181 – 360	acima de 360	total da carteira
AA	467.116	36.542	28.932	172.320	136.667	155.821	997.398
A	755.938	187.683	23.879	265.177	202.084	41.050	1.475.811
B	384.205	4.144	13.901	10.569	159.675	2.211	574.705
C	11.474	602	243	6.304	4.482	369	23.474
D	2.636	37	2.039	2.635	2.003	47.870	57.220
E	444	-	76	251	1.682	12	2.465
F	507	-	1	231	380	-	1.119

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

G	522	20	15	93	-	13	663
H	3.258	148	222	1.505	6.551	1	11.685
TOTAL 31.12.2014	1.626.100	229.176	69.308	459.085	513.524	247.347	3.144.540
TOTAL 31.12.2013	1.416.811	138.009	44.230	336.431	247.735	213.694	2.396.910

Operações vencidas

	0 – 30	31 – 60	61 – 90	91 – 180	181 – 360	acima de 360	total da carteira
B	14.601	3.182	14	-	-	-	17.797
C	2.877	6.184	1.554	355	-	-	10.970
D	912	1.599	5.877	2.065	-	-	10.453
E	40	1.385	872	2.386	819	-	5.502
F	25	249	45	2.072	873	-	3.264
G	110	101	92	3.898	239	-	4.440
H	3.083	589	622	2.169	21.567	5.766	33.796
TOTAL 31.12.2014	21.648	13.289	9.076	12.945	23.498	5.766	86.222
TOTAL 31.12.2013	11.355	10.459	6.635	26.098	31.638	1.821	88.006

A classificação da carteira de operações de crédito e outros créditos e a provisão para operações de crédito, estão a seguir demonstradas, nos nove níveis de risco:

2014	Níveis									Total
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	
Setor privado	997.398	1.197.458	382.989	34.444	67.673	7.967	4.383	5.103	45.481	2.742.896
Rural	508.438	237.763	19.926	13.381	9.518	2.150	983	732	9.370	802.261
Indústria	289.441	283.678	167.409	7.488	4.439	767	278	182	1.849	755.531
Comércio	152.553	343.050	153.197	4.263	4.850	2.335	1.224	2.327	20.952	684.751
Serviços	16.495	144.861	23.361	2.437	46.612	334	599	524	5.331	240.554
Pessoas físicas	30.471	188.106	19.096	6.875	2.254	2.381	1.299	1.338	7.979	259.799
Setor público	-	278.353	209.513	-	-	-	-	-	-	487.866
TOTAL DA CARTEIRA	997.398	1.475.811	592.502	34.444	67.673	7.967	4.383	5.103	45.481	3.230.762
Percentual requerido	-	0,5	1,0	3,0	10,0	30,0	50,0	70,0	100,0	-
Provisão constituída	-	(7.379)	(5.925)	(1.033)	(15.858)	(2.390)	(2.192)	(3.572)	(45.481)	(83.830)
2013										
TOTAL DA CARTEIRA	522.342	1.714.650	102.289	20.381	54.346	5.756	6.314	11.238	47.600	2.484.916
Provisão requerida e constituída	-	(8.573)	(1.023)	(611)	(5.435)	(10.395)	(3.157)	(7.866)	(47.600)	(84.660)

Com relação à constituição de provisão, algumas operações enquadradas no nível D estão agravadas com percentual superior ao exigido pela Res. CMN nº 2.682/1999, em função da análise do risco da operação.

Quanto aos Setores de Atividade Econômica, a carteira está assim apresentada:

	31.12.2014	31.12.2013
Setor Público	487.866	503.032
Administração Direta	83.975	101.711
Administração Indireta	194.378	193.558
Atividades Empresariais	209.513	207.763
Setor Privado	2.742.896	1.981.884
Rural	802.261	414.377
Indústria	755.531	628.024
Comércio	684.751	485.858
Pessoas Físicas	259.799	237.129
Outros Serviços	240.554	216.496
TOTAL DA CARTEIRA	3.230.762	2.484.916

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A provisão para operações de crédito e outros créditos apresentou a seguinte movimentação:

	2014	2013
Saldos no início do período	(84.660)	(81.906)
Provisões constituídas	(54.710)	(77.658)
Valores baixados para prejuízo	55.483	74.892
Reversões	57	12
Saldos no fim do período	(83.830)	(84.660)

O saldo acumulado de operações de crédito baixado, controlado em conta de compensação, corresponde a R\$852.589 (R\$823.289 em 2013).

A recuperação de créditos baixados como prejuízo totalizou R\$34.351 (R\$33.637 em 2013).

Abaixo as Receitas de Operações classificadas por modalidade de Crédito no período:

	2014	2013
Empréstimos	169.558	150.673
Títulos descontados	7.718	5.753
Financiamentos	116.531	75.394
Financiamentos rurais e agroindustriais	40.506	26.230
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	34.351	33.637
Rendas de créditos p/avais/fianças honradas	5	-
Total	368.669	291.687

Concentração dos principais devedores:

	31.12.2014	% da Carteira	31.12.2013	% da Carteira
10 maiores devedores	1.228.220	38,0	1.201.509	48,3
50 maiores devedores seguintes	794.886	24,6	484.244	19,5
100 maiores devedores seguintes	324.816	10,1	160.944	6,5
Demais devedores seguintes	882.840	27,3	638.219	25,7
TOTAL	3.230.762	100,0	2.484.916	100,0

Carteira de Crédito - Renegociadas

	2014	2013
Operações Renegociadas	15.690	48.873
Carteira Comercial	7.234	30.358
Carteira de Fomento	8.456	18.515
Operações Recuperadas	34.351	33.637
Carteira Comercial	12.827	18.019
Carteira de Fomento	21.524	15.618

8 Outros Créditos

Os Outros Créditos estão formados pelos valores demonstrados abaixo:

	31.12.2014	31.12.2013
Crédito tributário (nota nº 15.b)	994.248	892.823
Carteira de câmbio	27.444	28.013
Rendas a receber	56.623	52.687
Títulos e créditos a receber	29.100	36.216
Capaf	169.617	155.969
(-) Provisão ativos atuariais - Capaf	(169.617)	(155.969)
Tecnologia	21.705	21.705
Outros	7.395	14.511
Câmbio	4.765	13.376
Remuneração OGU	2.594	1.050

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Diversos	36	85
Devedores por compra de valores e bens	1.368	3.062
Devedores por depósitos em garantia (nota nº 29.d)	44.748	42.348
Recursos Fiscais	409	409
Recursos Trabalhistas	35.655	33.293
Recursos Cíveis	8.684	8.646
Devedores para apuração de responsabilidades	8.729	4.837
Impostos e contribuições a compensar	25	39
Pagamentos a ressarcir	18.235	22.291
Remissão de Dívidas – Lei 12.249/2010	-	13.321
Bônus de adimplência OGU/STN/FAT	6.050	3.814
Saque a ressarcir rede compartilhada	508	1.849
Equalização – STN/FDA	6.987	-
Suprimento 24 Horas	1.940	178
Rebates – Res.4298/4299	1.214	-
Antecipação de PLR	-	1.533
Outros	1.536	1.596
Adiantamentos e antecipações salariais	-	216
Diversos	48.877	4.235
Provisão para outros créditos	(4.914)	(13.572)
TOTAL	1.224.483	1.073.195
Circulante	339.005	217.264
Não circulante	885.478	855.931

De acordo com o termo aditivo de instrumento particular, celebrado em 22 de dezembro de 2005, o Banco possui registrado na rubrica “outros créditos” o montante de R\$169.617 (R\$155.969 em 2013), decorrente de aportes efetuados a maior para o Plano de Benefício Misto e ações judiciais que o Banco vem honrando, que serão utilizados no equacionamento do déficit atuarial originado pelo Plano de Benefício Definido. Em razão da incerteza quanto à realização foi constituída provisão total desse ativo.

O valor registrado na conta Títulos e Créditos a Receber – Tecnologia, no valor de R\$21.705 (R\$21.705 em 2013) corresponde ao compromisso assumido por empresa prestadora de serviços de TI, conforme contrato “Termo de acordo, composição e ajuste”.

Os valores da rubrica Outros incluem os títulos com características de concessão de crédito - operações desclassificadas de câmbio totalizando R\$4.765 (R\$13.376 em 2013), o valor a receber da taxa de remuneração dos recursos do OGU no montante de R\$2.594 (R\$1.050 em 2013) e créditos a receber diversos no valor de R\$36 (R\$85 em 2013).

O saldo de Devedores para Apuração de Responsabilidades, no valor de R\$8.729 (R\$4.837 em 2013), corresponde ao registro de valores provenientes de fraudes internas e externas, falhas humanas e de sistemas operacionais. Em razão da incerteza de recebimento, o Banco adota como política o provisionamento integral dessas ocorrências.

O valor de R\$13.321 referente à remissão de operações de crédito rural do Pronaf B, contratadas até 31 de dezembro de 2004, com recursos do OGU, conforme a Lei nº 12.249/2010, foi ressarcido ao Banco, pelo Tesouro, em 19.11.2014, não existindo saldo para o exercício de 2014.

Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9 Permanente

	2014	2013
a) Investimentos		
Incentivos fiscais	98	98
Títulos patrimoniais	126	126
Outros	43	43
TOTAL	267	267
b) Imobilizado de uso		
Móveis e equipamentos em estoque	2.991	967
Imobilizações em curso	35.263	27.314
Imóveis de uso	64.275	62.960
Terrenos	2.664	2.664
Reavaliações de terrenos	13.095	13.111
Edificações	49.514	44.756
Reavaliações de edificações	34.934	34.935
(-) Depreciação acumulada	(35.932)	(32.506)
Instalações, móveis e equipamentos de uso	19.414	12.527
Instalações	2.182	307
Móveis e equipamentos de uso	47.067	39.876
(-) Depreciação acumulada	(29.835)	(27.656)
Outras imobilizações	28.389	21.925
Sistema de comunicação	1.331	1.373
Sistema de processamento de dados	85.538	75.777
Sistema de segurança	4.656	4.233
Sistema de transporte	304	304
(-) Depreciação acumulada	(63.440)	(59.762)
TOTAL	150.332	125.693
c) Intangível ⁽¹⁾		
Licenças de uso de software	-	18.041
Software desenvolvido e em desenvolvimento	185.969	165.555
(-) Amortização Acumulada	(77.182)	(62.658)
TOTAL	108.787	120.938

⁽¹⁾ Estão registrados nesse grupamento licenças de uso e software desenvolvido e em desenvolvimento que são parte do Projeto Excelência Tecnológica (PET) do Banco, bem como novas aquisições e desenvolvimentos de outros softwares, enquadrados nas definições da Lei nº 11.638/2007, e da Resolução do CMN nº 3.642/2008.

A Administração entende que não há evidências de que esses bens estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

A movimentação do Ativo Permanente no exercício está demonstrada abaixo:

	Saldo em 31.12.2013	Adição (Inversões)	Baixa (Alienação)	Depreciação/ Amortização	Saldo em 31.12.2014
Investimentos	267	-	-	-	267
Imob. de uso	125.693	41.449	(1.934)	(14.876)	150.332
Intangível	120.938	3.789	(1.413)	(14.527)	108.787
TOTAL	246.898	45.238	(3.347)	(29.403)	259.386

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Resolução CMN nº 2.669/1999 estabeleceu o limite de 50% do PR ajustado, a partir de dezembro/2002, para o índice de imobilização. O Banco encontra-se enquadrado, conforme demonstrado a seguir:

	2014	2013
Limite para Imobilização	1.318.996	812.496
(-) Situação	(259.385)	(168.356)
Margem	1.059.611	644.140
Índice de imobilização	9,8%	10,4%

Com a vigência da Resolução CMN nº 4.192/2013, foi procedida a revisão quanto à apuração do limite para imobilização, a partir de fevereiro de 2014, deixando de ser considerados, na base de cálculo, os ativos intangíveis relativos à prestação de serviços registrados até 31.12.2009.

10 Depósitos e Captações no Mercado Aberto

a) Os depósitos estão distribuídos conforme a seguir:

	2014				2013
	Até 3 meses	03 a 12 meses	Acima 12 meses	Total	Total
À Vista	736.098	-	-	736.098	760.781
Poupança	586.661	-	-	586.661	548.813
Interfinanceiros	22.830	-	-	22.830	18.634
A Prazo	847.111	616.297	384.032	1.847.440	1.910.350
A prazo	267.395	611.018	363.835	1.242.248	1.081.752
Judiciais com remuneração	37.861	-	-	37.861	33.245
Especiais com remuneração	541.855	5.279	20.197	567.331	795.353
Sudam	415.093	-	-	415.093	653.297
Finam	123.101	-	-	123.101	105.828
FAT	3.320	5.279	20.197	28.796	35.392
Outros	341	-	-	341	836
TOTAL	2.192.700	616.297	384.032	3.193.029	3.238.578
Circulante				2.808.997	3.070.392
Não circulante				384.032	168.186

Depósitos Especiais Remunerados – Sudam é um benefício fiscal instituído pelo Governo Federal que permite às empresas beneficiárias depositarem no Banco da Amazônia o valor da parcela correspondente a 30% do IR devido, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de outra parcela de recursos próprios, relativa 50% dos 30% do IRPJ devido. Os depósitos do incentivo, inclusive recursos próprios, serão feitos nas datas de pagamento do imposto, nos prazos indicados de acordo com o parágrafo 1º, do art. 115 da IN RFB nº 267 de 23/12/2002.

b) As captações no mercado aberto, pertencentes à carteira própria do Banco, totalizaram R\$310.128 (R\$34.002 em 2013), foram negociadas ao longo do período a uma taxa média anualizada de 10,9% (8,2% em 2013) e estavam garantidas por títulos do Governo Federal (LFT), sendo suas operações efetuadas no curto prazo.

c) Despesas de captações no mercado:

	2014	2013
Despesas de Captações com Depósitos	238.861	167.158
A prazo	123.119	70.265
Poupança	37.511	29.072

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Especiais	68.822	62.590
Interfinanceiros	3.146	175
Demais captações	6.263	5.056
Despesas de Captações no Mercado Aberto	15.106	2.036
Carteira própria	15.106	2.036
TOTAL	253.967	169.194

11 Obrigações por Empréstimos

Os empréstimos tomados no exterior, cujo montante no exercício é de R\$37.268 (R\$32.247 em 2013), com vencimento no curto prazo, referem-se, basicamente, à captação de recursos para financiamento à exportação, sobre os quais incidem encargos fixos à taxa média de 1,2% a.a. (1,5% a.a. em 2013) e variação cambial da moeda a que estão vinculados (dólares norte-americanos), com vencimento em até 12 meses, e cartas de crédito de importação que são registradas à taxa do dia e reajustadas pela variação cambial no final do mês.

12 Obrigações por Repasses

Estão representadas por financiamentos e repasses oriundos de órgãos governamentais, tais como: Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e outros, com prazo de liquidação e encargos financeiros médios assim especificados:

	2014			2013		
	TAXA % a.a.	PRAZO (ano)	VALORES	TAXA % a.a.	PRAZO (ano)	VALORES
BNDES Finem	4,7	7	36.844	6,8	3	29.674
BNDES Industrial	7,1	11	276.630	7,2	10	270.488
BNDES Rural	3,0	5	21.787	3,9	3	3.647
BNDES Comércio	4,4	10	35.560	6,1	4	12.041
BNDES Serviços	6,9	8	6.080	7,0	4	943
BNDES Gov Munic	-	-	-	7,0	1	94
Finep	1,5	12	940	-	-	-
Finame Industrial	1,6	7	33.287	10,5	7	8.082
Finame Rural	1,0	8	57.211	0,7	7	23.310
Finame Comércio	2,0	5	4.086	8,9	5	4.190
Finame Serviços	2,8	6	107.683	9,5	6	122.842
STN OGU	1,1	2	43.407	1,1	2	46.304
STN – Recoop	7,8	2	18	7,8	3	26
TOTAL			623.533			521.641
Circulante			96.874			92.993
Não circulante			526.659			428.648

As garantias contratuais podem ser reais, avais, fianças e outras, dependendo da natureza das operações. As garantias contratuais foram divulgadas na nota explicativa 29.a.

As operações com recursos de repasses apresentam a seguinte classificação por prazo de vencimento e recursos:

	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 365 dias	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Total
BNDES Finem	730	1.716	1.997	4.687	15.783	3.803	8.128	36.844
BNDES Industrial	1.944	3.739	1.301	12.770	35.590	32.438	188.848	276.630

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

BNDES Rural	549	5	212	470	13.055	4.964	2.532	21.787
BNDES Comércio	350	1.385	326	4.023	8.844	6.306	14.326	35.560
BNDES Serviços	18	214	4	644	1.713	1.387	2.100	6.080
Finep	-	22	-	68	179	179	492	940
Finame Industrial	205	514	572	2.099	9.814	9.321	10.762	33.287
Finame Rural	6	59	33	507	180	124	56.302	57.211
Finame Comércio	85	234	300	701	1.328	895	543	4.086
Finame Serviços	1.631	3.251	4.696	10.407	41.348	35.775	10.575	107.683
STN OGU	23.852	215	4.050	6.274	8.979	18	19	43.407
STN – Recoop	1	1	2	4	3	2	5	18
TOTAL 2014	29.371	11.355	13.493	42.654	136.816	95.212	294.632	623.533
TOTAL 2013	25.372	12.816	14.811	39.996	112.591	79.585	236.470	521.641

Como agente financeiro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Banco possui registrado do Orçamento Geral da União (OGU), o montante de R\$43.407 (R\$46.304 em 2013).

O total repassado pelo Tesouro no exercício foi da ordem de R\$11.729 (R\$12.300 em 2013). Esses recursos são remunerados, enquanto disponíveis, pela taxa média Selic e são recolhidos ao Tesouro Nacional no último dia útil de cada decêndio, sendo a base de cálculo os saldos diários dos depósitos existentes no decêndio imediatamente anterior. No exercício, foi recolhido ao Tesouro Nacional o montante de R\$283 (R\$188 em 2013) e registrado como taxa de administração dos recursos do OGU o valor de R\$1.957 (R\$1.745 em 2013).

13 Outras Obrigações

Os itens mais relevantes que compõem o grupo de outras obrigações estão a seguir demonstrados:

a) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento

	2014	2013
Constitucional de Financ. do Norte (FNO) ⁽¹⁾ (nota nº 19)	2.706.868	3.439.502
Marinha Mercante (FMM) (nota nº 21)	151.252	99.259
De Desenvolvimento da Amazônia (FDA) (nota nº 18)	81.827	43.742
Outros	78	78
TOTAL	2.940.025	3.582.581
Circulante	2.794.206	3.488.328
Não circulante	145.819	94.253

⁽¹⁾ Os saldos diários das disponibilidades do FNO são remunerados com base na taxa extra-mercado divulgada pelo Bacen (nota nº19), não apresentando vencimento.

Apresentamos abaixo quadro com a movimentação dos recursos do FNO:

	2014	2013
Saldo no início do exercício	3.439.502	3.591.260
Repasse do Tesouro Nacional	2.026.261	1.861.614
Remuneração das disponibilidades	309.559	268.276
Amortizações de operações de crédito	2.384.528	2.085.062
Liberações de operações de crédito	(4.618.142)	(3.634.519)
Despesas com taxa de administração	(418.667)	(388.754)
Outras despesas (<i>Del credere</i> e auditoria)	(416.173)	(343.437)
Saldo no final do exercício	2.706.868	3.439.502

Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Outros saldos estão apresentados abaixo:

	2014	2013
Provisão para passivos contingentes	1.661.572	1.541.961
Ações trabalhistas (nota nº 29.c)	46.378	36.312
Ações cíveis (nota nº 29.c)	40.877	35.090
Provisão – FNO (nota nº 19)	700.409	643.441
Provisão para fundos de investimentos (nota nº 29.c)	8.370	8.370
Cessão de crédito – lei nº 9.138/1995	96.210	79.632
Provisão para plano BD Saldado (nota nº 24)	588.024	565.465
Provisão para plano Misto Saldado (nota nº 24)	150.160	146.258
Provisão para apuração de responsabilidade	8.736	4.838
Provisão contrato TI	21.699	21.699
Outras	709	856
Obrigações por aquisição de bens e direitos	55.592	58.871
Provisão para pagamentos a efetuar	69.680	67.750
Obrigações por convênios oficiais	30.074	822
Demais	46.318	38.089
TOTAL	1.863.236	1.707.493
Circulante	585.960	499.259
Não circulante	1.277.276	1.208.234

Cessão de Crédito – lei nº 9.138/1995 corresponde ao provisionamento do saldo das operações que também contemplam parcelas vencidas dos mutuários, cuja co-responsabilidade é do Banco. Essa co-responsabilidade encontra-se registrada na conta Coobrigações em Cessões de Crédito, do grupamento de compensação. Em 31 de dezembro de 2014 o montante corresponde a R\$118.529 (R\$101.490 em 2013).

c) Passivos atuariais

Através da Carta Circular nº 3.624/2013, o Bacen criou contas de “Passivos Atuariais”, que se destinam aos registros dos passivos atuariais gerados por fundos de pensão definidos ou planos de saúde de empregados.

Apresentamos a seguir o quadro com os saldos no final do exercício dos passivos atuariais:

	2014	2013
Fundo de Pensão de Benefício Definido	380.885	357.507
Liquidados (nota nº 24)	322.337	321.686
Assistidos (nota nº 24)	58.548	35.821
Outros	152.230	106.371
Auxílio Saúde (nota nº 24)	152.230	106.371
TOTAL	533.115	463.878
Circulante	90.127	90.428
Não circulante	442.988	373.450

d) Instrumentos de dívida elegíveis a capital principal (IECP)

No dia 09 de dezembro de 2014, o Banco da Amazônia e a União celebraram contrato de mútuo, para fins de enquadramento como instrumento elegível ao capital principal, nos termos previstos no art. 16 da Resolução nº 4.192, de 01 de março de 2013, alterada pela Resolução nº 4.278, de 31 de outubro de 2013 e pela Resolução nº 4.311, de 20 de

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

fevereiro de 2014, todas do Conselho Monetário Nacional.

O valor do contrato foi de até R\$1.000.000, com remuneração integralmente variável e os juros serão devidos por períodos coincidentes com o exercício social do Banco, iniciando-se sua contagem em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

Os juros serão pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até trinta dias corridos contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

O pagamento da remuneração será realizado apenas com recursos provenientes de lucros e reservas de lucros passíveis de distribuição no último período.

Caso o saldo de lucros acumulados, das reservas de lucros, inclusive reserva legal e das reservas de capital do Banco não sejam suficientes para a absorção de seus prejuízos apurados, a partir do exercício social em curso, quando do fechamento do balanço do exercício social, o Banco estará desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos a título de juros vencidos e o saldo de principal, nessa ordem, até o montante necessário para a compensação dos prejuízos, sendo considerada, para todos os fins, devidamente quitada a dívida a que se refere o contrato até o valor compensado.

Não haverá cumulatividade dos encargos não pagos. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive na forma de juros sobre capital próprio), até 31 de dezembro do exercício social seguinte, os encargos financeiros que não houverem sido pagos deixarão de ser exigíveis definitivamente.

A obrigação não possui data de vencimento e o resgate ou recompra somente poderão ser realizados pelo emissor, condicionado à prévia autorização do Banco Central do Brasil.

Na forma contratual, o Banco recebeu, em 15 de dezembro de 2014, títulos públicos federais – Letras do Tesouro Nacional – no montante de R\$999.999.

Em cumprimento ao que determina o art. 16 da Res. CMN nº 4.192/2013, o Banco procedeu, ainda em 2014, a monetização dos referidos títulos, fechando o valor em R\$982.120. O Bacen concedeu autorização para a incorporação do valor recebido ao Capital Principal em 05.01.2015, por meio do Ofício nº 037/2015-BCB-Deorf/Difin, a partir das datas das monetizações, ocorridas em 16.12.2014, 23.12.2014 e 24.12.2014.

Foi destinado, a título de remuneração do IECP, o valor de R\$3.019.

Em 31 de dezembro de 2014, esse contrato importa em R\$1.003.019.

14 Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social, subscrito e integralizado, no valor de R\$1.623.252 (R\$1.219.669 em 2013) é representado por 2.964.596.762 de ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Quantidade de ações	2014	2013
De domiciliados no país	2.964.592.681	2.964.592.681
De domiciliados no exterior	4.081	4.081
TOTAL	2.964.596.762	2.964.596.762

Através do Decreto de 13 de março de 2014, foi autorizada a integralização de cotas do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (Fgeduc), de que trata a Lei nº 12.087/2009, por meio de transferência, dentre outras, de ações ordinárias do Banco da

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Amazônia.

O Ministério da Fazenda, por meio da Portaria nº 195, de 05 de abril de 2014, autorizou a subscrição de cotas do Fgeduc mediante transferência de ações ordinárias do Banco de propriedade da União, de até 1.048.913.630 (um bilhão, quarenta e oito milhões, novecentos e treze mil, seiscentos e trinta) ações ordinárias (ON), cuja transação ocorreu em 24 de abril de 2014.

A participação acionária no Capital do Banco está assim distribuída:

	2014	2013
União	96,7%	96,9%
Administração Direta	51,0%	86,4%
Administração Indireta	45,7%	10,5%
Demais	3,3%	3,1%
TOTAL	100,0%	100,0%

b) Reservas de Reavaliação

As reservas de reavaliação, no valor de R\$25.230 (R\$26.174 em 2013) referem-se às reavaliações de ativos. As realizações de reservas de reavaliação, no período, importaram em R\$1.574 (R\$1.557 em 2013), decorrentes de depreciação, transferidas para conta de lucros ou prejuízos acumulados. Conforme Resolução CMN nº 3.565/2008, o saldo remanescente será mantido até a data de sua efetiva realização.

c) Instrumento elegível a capital principal (IECP)

O Bacen autorizou que o valor de R\$982.120, relacionado ao contrato de mútuo seja integrado ao Capital Principal - nível I do Patrimônio de Referência (PR), nos termos da Resolução CMN nº 4.192/2013 (nota nº 13.d).

d) Incorporação de reserva estatutária ao Capital Social

Neste exercício, foi autorizada pela Assembléia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 09/12/2014, incorporação de 50% da reserva estatutária ao capital social, no valor de R\$403.583, sem alteração no número de ações, passando o capital social para R\$1.623.252. Esse valor encontra-se registrado em Aumento de Capital, aguardando homologação do Banco Central.

e) Destinação do lucro líquido

De acordo com o art. 64, inciso II, do Estatuto Social do Banco, a remuneração mínima devida ao acionista deve corresponder a vinte e cinco por cento do lucro líquido ajustado em cada exercício social.

A remuneração ao acionista, na forma de juros sobre capital próprio (JCP), imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, corresponde a 40% do lucro líquido ajustado.

Do total de JCP do exercício, será deduzida a antecipação ocorrida em 05 de novembro de 2014, no valor de R\$11.411, devidamente atualizada pela variação da Selic, desde a data colocada a disposição até 31 de dezembro de 2014. A atualização importou em R\$192.

No período, a destinação do lucro está demonstrada a seguir, contemplando o que determina o art. 64, do Estatuto Social do Banco:

	2014	2013
Lucro líquido	186.319	182.498
Reserva Legal (5% do lucro líquido)	(9.316)	(9.126)
Saldo após a Reserva Legal	177.003	173.372
Realização da Reserva de Reavaliação	944	192

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Base de cálculo para distribuição	177.947	173.564
Juros sobre Capital Próprio	(71.179) ⁽¹⁾	(48.598) ⁽²⁾
Remuneração IECF	(3.019)	-
Reserva Estatutária	103.749	124.966

⁽¹⁾ 40% do lucro líquido ajustado.

⁽²⁾ 28% do lucro líquido ajustado.

f) Lucro por Ação

	2014	2013
Lucro líquido atribuível aos acionistas (R\$mil)	186.319	182.498
Quantidade de ações (em unidades)	2.964.596.762	2.964.596.762
Lucro por ação (R\$)	0,06285	0,06156

g) Juros Sobre Capital Próprio (JCP)

	2014	2013
JCP do exercício	71.179	48.598
JCP pagos antecipados	(11.411)	-
Atualização sobre JCP antecipados	(192)	-
Valor JCP líquido	59.576	48.598

15 Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Provisões constituídas

Neste exercício, o Banco apurou lucro tributável e base positiva de contribuição social, tendo sido efetuada a correspondente provisão.

A conciliação dos encargos para o cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social, no período, está assim resumida:

	2014		2013	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro antes do IRPJ e CSLL	298.351	298.351	171.195	171.195
Participações Estatutárias	(17.742)	(17.742)	(15.586)	(15.586)
Juros sobre Capital Próprio	(71.179)	(71.179)	(48.598)	(48.598)
Instrumentos elegíveis	(3.019)	(3.019)	-	-
Lucro antes do IRPJ e CSLL	206.411	206.411	107.011	107.011
Adições líquidas caráter permanente	11.999	12.121	8.279	8.238
Adições líquidas caráter temporário	241.945	241.945	157.975	157.975
Lucro tributável antes compensações	460.355	460.477	273.265	273.224
Alíquotas	15%	15%	15%	15%
Valores devidos pela alíquota normal	69.053	69.072	40.990	40.984
Adicional de Imposto de Renda (10%)	46.012	-	27.302	-
Incentivos	(3.457)	-	(2.216)	-
Valores devidos	111.608	69.072	66.076	40.984
Realiz.Res.Reav.e Diferido s/ MTM	(1.831)	(1.099)	(647)	(399)
Valores registrados em resultado antes ativação	109.777	67.973	65.429	40.585
Crédito Tributário s/diferenças temporárias	(52.163)	(31.297)	(83.064)	(49.839)
Valores efetivamente registrados no resultado	57.614	36.676	(17.635)	(9.254)
% da despesa efetiva em relação ao Lucro antes do IRPJ e CSLL	27,9	17,8	(16,5)	(8,6)

b) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

O Banco registra como Ativo Fiscal Diferido Imposto de Renda e Contribuição Social, exclusivamente sobre diferenças temporárias, principalmente, provenientes das despesas

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

de provisões não dedutíveis, conforme art. 13, inciso I, da Lei nº 9.249/1995. Esses créditos serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

No presente exercício, houve ativação do crédito tributário sobre as atualizações da obrigação do Banco relativamente aos planos de benefícios saldados, de forma proporcional ao valor ativado. Foram consideradas como baixas/realização todos os pagamentos efetuados para os referidos planos.

Houve ainda ativação e baixa de crédito tributário sobre os resultados abrangentes, conforme determinado pela Deliberação CVM nº 695/2012, de acordo com a movimentação ocorrida nos ajustes da obrigação do Banco junto aos Planos de Benefício pós-emprego.

Para avaliação e utilização dos referidos créditos, são adotados os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nºs 3.059/2002 e 3.355/2006, pela Circular Bacen nº 3.171/2002 e Instrução CVM nº 371/2002.

Na forma definida no estudo técnico, o Banco mantém a ativação de seus créditos tributários com probabilidade de realização no prazo máximo de 10 (dez) anos.

c) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

As provisões que serviram de base e os respectivos créditos tributários, com reflexo no resultado e no Patrimônio Líquido, apresentaram a seguinte movimentação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014:

	31.12.2013	Constituição	Realização	31.12.2014
Imposto de Renda				
Provisão para Risco de Crédito	1.018.629	309.974	(176.544)	1.152.059
Auxílio pós-emprego	313.832	77.116	(48.595)	342.353
Auxílio pós-emprego – Del 695	60.513	82.278	(42.754)	100.037
Planos Saldados	482.687	55.346	(58.786)	479.247
Provisão Caixa de Previdência	155.969	15.228	(1.580)	169.617
Outras Provisões	203.066	85.216	(43.338)	244.944
Base de Cálculo	2.234.696	625.158	(371.597)	2.488.257
Imposto de Renda Diferido (25%)	558.674	156.289	(92.899)	622.064
Contribuição Social				
Provisão para Risco de Crédito	1.018.629	309.974	(176.544)	1.152.059
Auxílio pós-emprego	313.832	77.116	(48.595)	342.353
Auxílio pós-emprego – Del 695	60.513	82.278	(42.754)	100.037
Planos Saldados	482.687	55.346	(58.786)	479.247
Provisão Caixa de Previdência	155.969	15.228	(1.580)	169.617
Outras Provisões	196.033	85.216	(43.338)	237.911
Base de Cálculo	2.227.663	625.158	(371.597)	2.481.224
Contribuição Social Diferida (15%)	334.149	93.774	(55.739)	372.184
TOTAL DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	892.823	250.063	(148.638)	994.248

Os ativos fiscais diferidos são analisados periodicamente, quanto ao incremento, à reversão ou manutenção, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social, em montante que comporte os valores registrados, conforme demonstrado no Estudo Técnico, na forma que estabelecem a CVM e o CMN.

d) Expectativa de realização dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A perspectiva de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos, em 31 de dezembro de 2014, apresenta-se da seguinte forma:

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2015	2016	2017	2018	2019	De 2020 a 2024	TOTAL
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS							
Crédito Tributário de I.R	69.884	61.696	97.513	53.219	57.206	282.546	622.064
Crédito Tributário de C. Social	41.931	37.018	58.507	31.931	34.324	168.473	372.184
TOTAL DOS CRÉDITOS	111.815	98.714	156.020	85.150	91.530	451.019	994.248
Taxa média de captação a.a (%)	11,65	10,80	9,48	8,52	7,56	-	-
VLR PRESENTE DESTES ATIVOS	100.151	79.801	115.209	57.942	57.908	-	-

Para determinação do valor presente da expectativa de realização futura dos créditos tributários, foi adotada a taxa média de captação ao ano, prevista pelo Banco, para os próximos 5 anos.

e) Créditos tributários não ativados

No final do exercício, o Banco apresenta créditos tributários não ativados de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre diferenças temporárias no total de R\$149.021 (R\$138.009 em 2013). No total de 2014, está incluído o valor de R\$103.575 (R\$91.614 em 2013) relativo ao crédito tributário não ativado sobre o registro de saldamento dos Planos BD e Misto.

Esses créditos não foram ativados em razão da expectativa de realização ultrapassar os 10 (dez) anos definidos no Estudo Técnico como critério para ativação.

Em 31 de dezembro de 2014, o Banco não apresentava estoque de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

16. Desdobramento das Contas de Resultado

a) Receitas de prestação de serviços

	2014	2013
Administração de fundos e programas	437.159	412.562
FNO (nota nº 19)	421.709	389.845
Finam (nota nº 17)	9.846	11.045
Art.19 da lei 8.167/1991	3.564	897
FDA (nota nº 18)	74	9.022
Demais rendas	1.966	1.753
Outros serviços	21.381	17.038
Rendas de outros	21.381	17.038
Sub-total	458.540	429.600
 Rendas de tarifas bancárias	 114.738	 85.998
Pessoa física	38.810	29.399
Pessoa jurídica	75.928	56.599
TOTAL	573.278	515.598

b) Despesas de pessoal

	2014	2013
Honorários	4.077	3.408
Benefícios	55.951	50.825
Encargos sociais	108.972	95.855
Proventos	274.848	260.914
Treinamento	5.983	5.105
Remuneração de estagiários	6.154	5.473
TOTAL	455.985	421.580

c) Outras despesas administrativas

	2014	2013
Água, energia e gás	9.163	8.277
Aluguéis	10.969	10.752

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Processamento de dados	48.297	51.663
Comunicações	30.370	30.553
Manutenção e conservação de bens	9.470	9.405
Material	1.177	1.073
Serviços de terceiros	19.169	15.588
Vigilância e segurança	23.838	23.706
Serviços do sistema financeiro	15.974	16.347
Promoções e relações públicas	6.017	6.700
Propaganda e publicidade	6.853	7.662
Publicações oficiais	2.339	3.078
Serviços técnicos especializados	8.785	10.669
Transporte	17.281	17.875
Viagens	6.903	7.000
Depreciação	14.876	13.974
Amortização	14.527	14.525
Demais despesas administrativas	4.735	4.666
TOTAL	250.743	253.513

d) Despesas tributárias

	2014	2013
ISS	5.575	4.311
Cofins	60.332	52.563
PIS/Pasep	9.804	8.541
Demais tributos	2.333	2.132
TOTAL	78.044	67.547

e) Outras receitas e despesas operacionais

Outras receitas operacionais	2014	2013
Del credere – FNO (nota nº 19)	415.649	343.202
Demais rendas operacionais	160.847	317.431
Recuperações de op.do FNO (nota nº 19)	100.425	92.332
Rendas de Del-credere - FDA	6.224	6.033
Receita de variação de taxas do FMM	14.898	10.781
Receita de variação de taxa de câmbio	4.738	15.404
Recuperação de encargos e despesas	7.135	3.143
Rendas sobre depósito compulsório	6.976	5.334
Reversão outras provisões operacionais	-	176.412
Demais receitas	20.451	7.992
TOTAL	576.496	660.633

Outras despesas operacionais	2014	2013
Despesas de provisão–FNO (nota nº 19)	251.827	248.114
Atualização de benefícios pós-emprego	58.645	28.430
Apuração de responsabilidade	3	105
Despesas de fundos de investimento	8.059	6.593
Despesas de variação de taxa de câmbio	5.671	4.605
Passivos judiciais e legais	19.203	20.334
Cessão de crédito - lei nº 9.138/1995	16.578	13.224
Desp. pós-emprego – assist./aux.saúde	14.608	17.647
Provisão ativos atuariais - Capaf	15.228	155.969
Atualização de Planos Saldados	85.247	77.511
Despesas com TVM	736	4.370
Demais despesas operacionais	21.590	9.742
TOTAL	497.395	586.644

f) Resultado não operacional

	2014	2013
Receitas não operacionais	8.362	4.157

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Lucros em transações com valores e bens	151	805
Reversão de outras provisões não operacionais	1.301	18
Contrato mediação	3.117	-
Outras rendas não operacionais	3.793	3.334
Despesas não operacionais	(869)	(696)
Despesas de provisões não operacionais	(506)	-
Outras Despesas não operacionais	(363)	(696)
TOTAL	7.493	3.461

O crescimento do Resultado Não Operacional, no valor de R\$4.032, teve como principal fator reconhecimento da multa relacionada ao contrato de mediação de TI, no valor de R\$3.117.

17. Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam)

O Finam, criado pelo Decreto Lei nº 1.376/1974, é um benefício fiscal concedido pelo Governo Federal, encontrando-se atualmente na área de atuação do Ministério da Integração Nacional, através do Departamento Financeiro e de Recuperação de Projetos (DFRP). Tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico da região Amazônica.

O Banco da Amazônia S/A, como instituição financeira regional, é responsável pela operacionalização do Finam, recebendo a título de remuneração 3% a.a., incidente sobre 70% do Patrimônio Líquido do respectivo Fundo, conforme legislação vigente.

No exercício, foi apropriado e recebido, como receita de prestação de serviço, o valor de R\$9.846 (R\$11.045 em 2013).

18. Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)

Criado pela Medida Provisória nº 2.157-5/2001, o FDA, alterado pela Lei Complementar nº 124/2007, tem por finalidade assegurar recursos para a realização, na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), de investimentos em infraestrutura e serviços públicos e em empreendimentos produtivos com grande capacidade germinativa de negócios e de atividades produtivas.

No período, foi recebido a título de taxa de administração R\$74 (R\$9.022 em 2013). Quanto ao risco, a provisão é de R\$355 (R\$504 em 2013), registrado em passivos contingentes.

A obrigação junto ao FDA, na nova modalidade que passou a vigorar no final de 2013, em que as operações liberadas passaram a ser com risco integral do Banco, está registrada em Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento, cujo saldo no final do exercício é de R\$81.826 (R\$43.742 em 2013).

19. Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)

Como administrador e operador do FNO, o Banco registra as seguintes receitas e despesas:

	2014	2013
Taxa de administração	421.709	389.845
Del-credere	415.649	343.202
Recuperação de operações	100.425	92.838
Remuneração do disponível	(309.559)	(268.276)
Desp. provisão (risco compartilhado)	(251.827)	(248.114)

A Taxa de administração de 0,25% a.m. é incidente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, apurado para cada mês de referência e remuneração do agente financeiro das operações

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

contratadas com beneficiários do Pronaf, calculados na forma da legislação vigente.

O *Del-credere* corresponde a 3% a.a. sobre as operações contratadas após 30 de novembro de 1998 (Lei nº 10.177/2001). Sobre operações contratadas até 30 de novembro de 1998, o Banco não aufer *del-credere*, por estar isento de risco.

Do montante de receitas de operações de crédito já honradas pelo Banco ao FNO, R\$93.727 (R\$57.464 em 2013) são referentes às operações baixadas com base na Portaria Interministerial MF/MI nº 11/2005.

O valor registrado no Disponível é remunerado à taxa extra-mercado e esse encargo é registrado na rubrica "Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento".

A despesa de provisão (risco compartilhado) é calculada de acordo com os critérios da Resolução nº 2.682/1999 e registrada na conta "Provisão para Passivos Contingentes", cujo saldo acumulado é R\$700.409 (R\$643.441 em 2013).

No exercício, o Banco procedeu à baixa de R\$187.105 (R\$181.257 em 2013) de operações de crédito do FNO com risco compartilhado, cujas parcelas estavam vencidas há mais de 360 dias, conforme estabelece a Portaria Interministerial nº 11/2005.

A composição dos saldos das operações de crédito com recursos do FNO – risco compartilhado e das provisões está apresentada abaixo:

Nível de Risco	2014		2013	
	Financiamentos	Provisão	Financiamentos	Provisão
AA	4.283.725	-	2.132.922	-
A	7.328.889	(18.322)	6.825.647	(17.064)
B	1.586.744	(7.933)	1.451.467	(7.257)
C	477.551	(7.163)	549.724	(8.244)
D	289.487	(14.464)	204.501	(10.225)
E	99.384	(14.907)	112.618	(16.889)
F	62.855	(15.714)	44.660	(11.165)
G	93.489	(32.721)	121.883	(42.659)
H	1.178.616	(589.185)	1.060.129	(529.938)
TOTAL	15.400.740	(700.409)	12.503.551	(643.441)

20. Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

Instituído pela Lei nº 7.998/1990, o FAT é um fundo gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e tem como foco o Programa de geração de emprego e renda (Proger). O Banco atua na modalidade Proger-Urbano que se destina ao atendimento da demanda de crédito das pequenas e microempresas, dos empreendedores do setor informal da economia, das cooperativas, associações de produção e dos recém-formados.

Os recursos do FAT são alocados por meio dos depósitos especiais conforme dispõe a Lei nº 8.352/1991, sendo que no Banco esses recursos estão registrados em "Depósitos Especiais com Remuneração", do grupamento de "Depósitos a Prazo", remunerados, enquanto disponíveis, pela taxa média Selic e, quando aplicados, pela TJLP, durante o período de vigência dos financiamentos. A remuneração dos recursos disponíveis é exigida mensalmente.

Em atendimento às Resoluções do Codefat, nºs 439/2005 e 489/2006, foram efetuados reembolsos, no exercício, no montante de R\$7.822 (R\$8.080 em 2013), conforme demonstrado a seguir:

Aplicado	Taxa	2014		2013	
		Reembolsos	SalDOS	Reembolsos	SalDOS
	TJLP	1.552	28.883	1.356	31.782

Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Proger urbano		1.552	-	1.356	-
Disponível	TMS	92	913	293	3.610
Proger urbano		92	-	293	-
Principal		6.178	-	6.431	-
Proger urbano		6.178	-	6.430	-
Pronaf		-	-	1	-
TOTAL		7.822	28.796	8.080	35.392

As obrigações com o FAT apresentam a seguinte classificação por prazo de vencimento:

	2014		2013	
A vencer	Valores	%	Valores	%
Até 30 dias	2.118	7,4	4.778	13,5
De 31 a 90 dias	1.202	4,2	1.090	3,1
De 91 a 180 dias	1.784	6,2	1.658	4,7
De 181 a 360 dias	3.495	12,1	3.375	9,5
Mais de 1 ano	20.197	70,1	24.491	69,2
TOTAL	28.796	100,0	35.392	100,0

No ativo do Banco, o montante das operações de crédito realizadas com recursos do FAT importa em R\$29.896 (R\$33.716 em 2013).

21. Fundo da Marinha Mercante (FMM)

O Banco, em parceria com o Banco do Brasil, opera os recursos do FMM, pertencente à área de atuação do Ministério dos Transportes, sendo destinados a financiamentos de instalações físicas de estaleiros brasileiros e embarcações não voltadas para pesca.

O recurso é atualizado monetariamente com base na variação do dólar (PTAX), mais juros simples de 0,1% a.a.

Os recursos repassados estão registrados na rubrica "Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento", cujo montante no período é de R\$151.252 (R\$99.259 em 2013).

22. Fundos de Investimento Financeiro

O Banco é distribuidor do Fundo de Investimento Amazônia Personalizado Renda Fixa Longo Prazo que é administrado e gerido pela Caixa Econômica Federal, tendo como custodiante o Bradesco.

Além desse Fundo, o Banco ainda administra os fundos de investimentos financeiros, antes geridos e custodiados pelo extinto Banco Santos. Os Fundos de Cotas que compõem a carteira desses Fundos (FIF's e FAC's), são administrados, geridos e custodiados pela BNY Mellon Serviços Financeiros.

Considerando a liquidação e posterior decretação de falência do Banco Santos, o patrimônio líquido desses Fundos foi impactado pela necessidade de constituição de provisão, dada a indisponibilidade dos recursos.

Os saldos dos Patrimônios Líquidos desses Fundos estão assim representados:

	2014	2013
FIC Amazônia Personalizado Renda Fixa Longo Prazo	43.239	37.057
Fundo BASA de Investimento Financeiro Curto Prazo "2"	87	129
Fundo BASA de Investimento Financeiro Seleto "2"	54	400
Fundo Amazônia Mix "2"	32	55

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Fundo Amazônia Credit 90

6

294

Neste exercício, foi transferido para o Banco o montante de R\$697 (R\$678 em 2013) correspondente aos fundos FIF's e FAC's cindidos, referente às cotas adquiridas pelo Banco dos cotistas que já receberam por via judicial.

23. Partes relacionadas

Os honorários atribuídos, no exercício, aos administradores do Banco são compostos conforme segue (em R\$ mil):

	2014	2013
Diretoria	3.353	2.758
Honorários	2.536	2.044
Quarentena/Outros	366	109
Ajuda de Custo	242	300
Participação no Lucro	209	305
Conselho de Administração	235	189
Conselho Fiscal	165	146
Comitê de Auditoria	324	315
TOTAL	4.077	3.408

A remuneração média do período paga pelo Banco aos seus administradores está abaixo demonstrada: (em R\$ unitários)

	2014	2013
Diretoria	42.486,06	36.142,00
Honorários	37.239,96	34.843,14
Quarentena/Outros	5.246,10	1.298,86
Conselho de Administração	3.309,28	3.136,68
Conselho Fiscal	3.164,48	2.988,25

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao pessoal chave da administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco, participantes do Plano de Previdência dos Funcionários (Capaf).

O Banco não concede empréstimos ao pessoal chave da administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

As operações com entidades sob o controle do Governo Federal, acionista majoritário do Banco, estão descritas nas notas explicativas números: 12 (Obrigações por Repasses), 13 (Outras Obrigações), 17 (Fundo de Investimentos da Amazônia – Finam), 18 (Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA), 19 (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO), 20 (Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT) e 21 (Fundo da Marinha Mercante – FMM). As operações com entidades sobre as quais o Banco tem influência significativa na administração estão descritas na nota nº 24 (Benefícios a Empregados).

As condições e taxas contratadas junto as entidades sob o controle do Governo Federal estão divulgadas nas notas explicativas nºs 12, 13, 17, 18, 19, 20 e 21.

O valor das principais receitas e despesas com partes relacionadas no exercício está demonstrado a seguir:

	2014	2013
Receitas taxa administração(nota nº 16.a)	437.159	412.562
Receita <i>Del-credere</i> do FNO(nota nº 16.e)	415.649	343.202
Despesa c/ remuneração do disp. do FNO	(309.559)	(268.276)
Despesa prov. FNO (risco compartilhado) (nota nº 19)	(251.827)	(248.114)
Despesas de contrib. patronal – Capaf	(10.628)	(6.584)
Atualiz. ajuste pós-emprego – Capaf (nota nº 16.e)	(163.554)	(123.588)

Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Um sumário dos principais saldos na data do balanço é apresentado a seguir:

	2014	2013
Passivos		
Depósito a Prazo – FAT (nota nº 20)	28.796	35.392
Obrigações por Repasse do País (nota nº 12)	623.533	521.641
Tesouro Nacional	43.425	46.330
BNDES	376.901	316.888
Finame	202.267	158.423
Finep	940	-
Outras Obrigações	2.939.947	3.582.503
Fundo constitucional do Norte – FNO (notas nº 13 e 19)	2.706.868	3.439.502
Fundo da Marinha Mercante – FMM (notas nº 13 e 21)	151.252	99.259
Fundo Desenv. Amazônia– FDA - aplicado (nota nº 18)	81.827	43.742
TOTAL	3.592.276	4.139.536

24. Benefícios a empregados

O Banco é patrocinador da Capaf, que assegura a complementação de benefícios de aposentadoria a seus funcionários.

Em 2014, o Banco contratou juristas especializados, a fim de opinarem quanto ao procedimento de reconhecer 50% de responsabilidade em face dos déficits apresentados pelos planos administrados pela Capaf, especificamente o de benefício definido e o misto.

No parecer, os juristas ratificam o procedimento que o Banco vem adotando, evocando o art. 202, § 3º da Constituição que representa limite às contribuições ordinárias das patrocinadoras de planos de benefícios, ou seja, apenas os 50% dos déficits dos planos previdenciários.

Devidamente respaldado pela manifestação jurídica, o Banco vem realizando reuniões com os órgãos reguladores (Banco Central do Brasil e Comissão de Valores Mobiliários) e com os auditores independentes, com o objetivo de eliminar as ressalvas atendendo o que determina a legislação sobre o assunto, especialmente as Leis Complementares nºs 108 e 109, ambas, de 2001.

O Banco vem mantendo a complementação mensal da folha de pagamento do plano de benefício definido, face exaustão dos recursos financeiros desse plano e decisão judicial proferida nos autos da ação nº 0000302-75.2011.5.08.0008 proposta perante o Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (Pará e Amapá).

Permanece em fase de instrução para posterior julgamento a Ação Rescisória nº 0016098-06.2014.5.16.0000 ingressada pela Advocacia Geral da União, em abril de 2014, perante o TRT da 16ª Região (MA) contra o Sindicato dos empregados em estabelecimentos bancários do Maranhão (SEEB/MA), visando rescindir decisão da 1ª Vara do Trabalho do Maranhão, que condenou o Banco ao pagamento do déficit atuarial da Capaf. Em maio de 2014, o relator da Rescisória concedeu medida liminar determinando a suspensão do cumprimento da sentença, até o trânsito em julgado da decisão que vier a ser proferida. O Banco foi intimado a compor a lide e se habilitou no processo na qualidade de assistente da União. O Sindicato contestou a ação. Não houve recurso contra a liminar.

a) Planos de Aposentadoria e Pensão

a.1) Planos Saldados

Os planos de previdência complementar de Benefício Definido (BD) e Misto (MB) que eram ofertados pelo Banco aos seus empregados e administrados pela Caixa de Previdência

Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Complementar do Banco da Amazônia (Capaf), vinham apresentando situação deficitária, em descumprimento, portanto, da legislação vigente.

Para solucionar a situação, o Banco buscou alternativas para viabilizar o reequilíbrio de tais planos, inclusive com oferta de outros planos. Dentro desse contexto e considerando que 52% dos participantes haviam assinado o termo de adesão, foram implantados os “Planos Saldados” com data de início de vigência em 01.01.2013.

O saldamento foi reconhecido mediante a assinatura de 4 (quatro) contratos entre o Banco e a Capaf, se constituindo em um compromisso financeiro para quitação no prazo médio de 15 anos, com avaliação atuarial anual, sempre no mês de março, de modo que os valores estipulados nos instrumentos contratuais poderão aumentar ou diminuir, e ser exigido desde que ocorra modificação da situação dos participantes, ainda que retroativamente.

O valor inicial da obrigação em 2014, no montante de R\$711.723, é atualizado mensalmente, de acordo com a variação do INPC-IBGE e pela taxa máxima real de juros admitidas nas projeções atuariais do plano de benefícios fixada pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar ou outra autoridade competente.

Esta nova obrigação referente aos planos saldados apresentou a seguinte movimentação:

	31.12.2014	31.12.2013
Valor da Obrigação no início do período	711.723	685.327
Atualizações	85.246	77.511
(-) Valores Pagos	(58.785)	(51.115)
Saldo no final do período	738.184	711.723

Em atendimento a cláusula que trata da avaliação atuarial no mês de março de 2014, foi procedido o cálculo pelo atuário da Capaf e acatado pela Administração do Banco, não havendo necessidade de ajuste para mais ou para menos nos valores atualizados constantes dos referidos contratos.

a.2) Prevamazônia

Juntamente com os “Planos Saldados”, foi implantado o PrevAmazônia, cujo regulamento foi aprovado pela Portaria Previc nº 585, de 05.08.2010. Esse plano se caracteriza como de contribuição definida e foi oferecido aos empregados da ativa, especialmente os admitidos a partir de 1997 que não possuíam qualquer plano de previdência complementar patrocinado pelo Banco e para os empregados da ativa que fizeram opção pelos “Planos Saldados”.

a.3) Planos Liquidados – BD e Misto

Quanto aos planos BD e MB, que abrigam os beneficiários que não aderiram ao saldamento, foi decretada pela Previc a liquidação desses planos, através das Portarias nº 108 e 110 de 07.03.2013, publicadas no Diário Oficial da União de 08.03.2013. Entretanto, essa liquidação foi suspensa por decisão judicial, o que levou o Banco a retornar o repasse mensal referente a contribuição patronal.

A movimentação da provisão relativa aos planos liquidados está abaixo apresentada:

	31.12.2014	31.12.2013
Valor da Obrigação no início do período	321.686	438.615
Atualizações	34.361	53.565
Transferência Contingência Previdenciária	-	(176.289)
Outros ajustes	-	74
Acréscimo via PL	-	14.615

Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Acréscimo via Resultado	-	28.430
(-) Valores Pagos	(33.710)	(37.324)
Saldo no final do período	322.337	321.686

Em decorrência da insuficiência dos recursos financeiros do plano PBD, o Banco, também em cumprimento a determinação judicial, vem repassando, mensalmente, os recursos necessários para honrar as obrigações dos planos com a folha de pagamento dos beneficiários do plano BD. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o valor do referido repasse totalizou R\$33.710 (R\$37.324 em 2013).

a.4) Assistidos

O Banco mantém sob sua responsabilidade o pagamento da complementação de aposentadoria dos empregados aposentados até 1981. Parte desses beneficiários aderiu ao plano saldado, passando a compor o quadro de Benefício Saldado.

a.5) Auxílio Saúde

São concedidos, também, aos aposentados e pensionistas meios indispensáveis ao custeio dos tratamentos necessários à manutenção e à prevenção da saúde, denominado auxílio-saúde, cujo valor presente da obrigação do Banco é calculado atuarialmente.

De acordo com o regulamento desse benefício, a participação do Banco dar-se-á pelo repasse mensal de verba aos beneficiários do programa, a título de reembolso dos valores pagos ao Plano de Saúde, nos limites estabelecidos conforme a disponibilidade orçamentária existente para cada ano.

Contribuições do Banco para os Planos de Benefícios

Planos	2014	2013
Planos Saldados - BD e Misto	3.421	1.910
Prev-amazônia	7.207	4.674
Total	10.628	6.584

Valores Reconhecidos como Obrigações:

Planos	2014	2013
Planos Saldados	738.184	711.723
Planos Liquidados	322.337	321.686
Assistidos	58.548	35.821
Auxílio Saúde	152.230	106.371

Premissas atuariais adotadas

As premissas foram definidas de forma imparcial e mutuamente compatíveis, com base em expectativas de mercado durante o período de desenvolvimento de cada avaliação atuarial e das respectivas projeções.

I – Financeiras (a.a)

Taxa de juros de desconto atuarial
Projeção de aumentos salariais
Projeção de aumentos reais dos benefícios
Taxa de inflação
Expectativa de retorno dos ativos do plano
Projeção de aumento real dos custos de saúde

Assistidos pelo Banco		Auxílio Saúde	
31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
10,4%	12,2%	10,8%	12,7%
-	-	5,5%	12,0%
4,5%	0,5%	-	-
4,5%	5,8%	4,5%	5,8%
N/A	N/A	N/A	N/A
-	-	2,2%	2,2%

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

II – Demográficas

Taxa de rotatividade
Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos
Tábua mortalidade/sobrevivência aposentados
Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos
Tábua de entrada em invalidez
Tábua de morbidez

Assistidos pelo Banco		Auxílio Saúde	
31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
1,6%	N/A	1,6%	N/A
AT-2000M&F	AT-83M	AT-2000M&F	AT-83M
AT-2000M&F	AT-83M	AT-2000M&F	AT-83M
WINKLEVOSS	EX-IAPC	WINKLEVOSS	EX-IAPC
ALVARO VINDAS	TASA 27	ALVARO VINDAS	TASA 27
N/A	N/A	N/A	N/A

Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial período

	Assistidos pelo Banco	
	2014	2013
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	(35.821)	(51.824)
Benefícios pagos pelo plano	7.708	7.511
Custo de juros	(4.984)	(4.370)
Remensuração de Ganhos/(Perdas) atuariais	(25.451)	12.862
Decorrente de ajuste de experiência	(25.451)	12.862
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do exercício	(58.548)	(35.821)

	Auxílio Saúde	
	2014	2013
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	(106.371)	(119.476)
Benefícios pagos pelo plano	7.106	6.474
Custo do serviço corrente	(2.838)	(3.573)
Custo de juros	(11.771)	(9.703)
Remensuração de Ganhos/(Perdas) atuariais	(32.294)	19.907
Decorrente de ajuste de experiência	(32.294)	19.907
Decorrente de alterações premissas financeiras	(6.062)	-
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do exercício	(152.230)	(106.371)

Conciliação do valor líquido de passivo de Benefício Definido

	Assistidos pelo Banco	
	2014	2013
Valor líquido decorrente da obrigação do plano de benefício	(58.548)	(35.821)
Movimentação do passivo líquido reconhecido no balanço:		
Passivo reconhecido no início do exercício	(35.821)	(51.824)
Contribuição do patrocinador	7.708	7.511
Provisão para planos de benefícios e outros ben. pós-emprego	(4.984)	(4.370)
Montante reconhecido em outros resultados abrangentes	(25.451)	12.862
Passivo reconhecido no final do exercício	(58.548)	(35.821)
Despesa na Demonstração Resultado Exercício	(4.984)	(4.370)
Montante reconhecido como Outros Resultados Abrangentes	(25.451)	12.862

	Auxílio Saúde	
	2014	2013
Valor líquido decorrente da obrigação do plano de benefício	(152.230)	(106.371)
Movimentação do Valor Líquido de Passivo de Benefício:		
Passivo reconhecido no início do exercício	(114.293)	(119.476)
Contribuições do patrocinador	7.106	6.474
Provisão para planos de benefícios e outros ben. pós-emprego	(14.608)	(13.276)
Montante reconhecido em outros resultados abrangentes	(35.325)	11.985
Passivo reconhecido no final do exercício	(157.120)	(114.293)
Despesa na Demonstração Resultado Exercício	(14.608)	(13.276)
Montante reconhecido como Outros Resultados Abrangentes	(35.325)	11.985

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Análise de Sensibilidade das principais hipóteses

	Assistidos pelo Banco			
	Tábua Biométrica AT-2000 M&F	Taxa de Juros +0,25%	Taxa de Juros - 0,25%	Parâmetro deste Demonstrativo
Montante do valor presente obrigação atuarial	-	-	-	58.548
Déficit técnico do plano	(50.194)	(48.123)	(49.073)	(58.548)
Variações:				
Aumento/redução da obrigação atuarial	-14,3%	-17,8%	-16,2%	
Aumento/redução dos ativos do plano	0,0%	0,0%	0,0%	
Aumento/redução do déficit técnico do plano	-14,3%	-17,8%	-16,2%	

	Auxílio Saúde			
	Tábua Biométrica AT-2000 M&F	Taxa de Juros +0,25%	Taxa de Juros - 0,25%	Parâmetro deste Demonstrativo
Montante do valor presente obrigação atuarial	-	-	-	152.230
Déficit técnico do plano	-	-	-	(152.230)
Variações:				
Aumento/redução da obrigação atuarial	-100,0%	-100,0%	-100,0%	
Aumento/redução dos ativos do plano	0,0%	0,0%	0,0%	
Aumento/redução do déficit técnico do plano	-100,0%	-100,0%	-100,0%	

Montantes de pagamentos esperados para o período seguinte

	Assistidos pelo Banco		Auxílio-Saúde	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Montante Pagtos. esperados período seguinte - Normais	7.939	8.429	10.714	7.172

Categorias dos Ativos

Não se aplica para os Planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-Saúde.

Montantes Incluídos no Valor Justo dos Ativos

Não se aplica para os Planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-Saúde.

Descrição da política de Investimentos

Não se aplica para os Planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-Saúde

Descrição da base utilizada para determinar a taxa de desconto atuarial

Assistidos pelo Banco: Taxa de desconto equivalente à expectativa de retorno da Nota do Tesouro Nacional (NTN-B), para o período da *Duration* do Plano, calculada em 3,7 anos, conforme metodologia prevista no item 83 do CPC 33 (R1).

Auxílio-Saúde: Taxa de desconto equivalente à expectativa de retorno da Nota do Tesouro Nacional (NTN-B), para o período da *Duration* do Plano, calculada em 24,1 anos, conforme metodologia prevista no item 83 do CPC 33 (R1).

25. Remuneração Paga aos Empregados

a) Remuneração dos empregados (em R\$ unitários)

A remuneração média mensal paga pelo Banco aos seus empregados é de R\$5.884,36 (R\$5.279,60 em 2013). A maior e menor remuneração mensal dos seus empregados

Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

correspondem a:

	2014		2013	
	Maior	Menor	Maior	Menor
Empregados	20.437,91	1.950,42	18.836,79	1.789,38
Vencimento básico	3.659,59	1.213,09	3.357,42	1.112,93
Adicional por tempo de serviço	1.094,87	-	1.004,43	-
Adicional de função comissionada	4.217,83	-	3.887,40	-
Gratificação especial mensal	2.990,76	411,27	2.749,75	377,32
Complem. pessoal temp. adicional de função	8.474,86	-	7.837,79	-
Acordo de trabalho	-	326,06	-	299,13

Neste exercício, foi destinado aos empregados, a título de participação nos lucros, o montante de R\$17.235 (R\$15.330 em 2013).

26. Processo de Gerenciamento de Riscos

A estrutura de gestão do risco definida pelo Banco da Amazônia é responsável por desenvolver políticas, processos e procedimentos que permitam identificar, avaliar e gerenciar adequadamente os riscos do Banco, permeando toda a Organização e suas Unidades e níveis hierárquicos que possuem papéis e responsabilidades.

A gestão dos riscos é segmentada em risco de liquidez, risco de crédito, risco de mercado e risco operacional, cujas políticas para cada um desses riscos foram aprovadas pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração.

A Gerência de Riscos atua no gerenciamento dos seguintes riscos:

a) Risco de Liquidez

A Política do risco de liquidez estabelece os limites para os índices de disponibilidade, sendo o monitoramento e a aferição dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos do fluxo de caixa realizados pela Gerência de Riscos.

Em 31 de dezembro de 2014, os índices de disponibilidade de recursos de curto prazo do Banco mantiveram-se com bom nível de liquidez, o método conservador e alternativo registrou disponibilidades de R\$3,001 e R\$2,259 bilhões de reais respectivamente, considerando que grande parte desses recursos são de títulos públicos de altíssima e alta liquidez, representando algo em torno de 73,1% do total da carteira de TVM, ou seja, aproximadamente R\$5,144 bilhões.

O Banco também manteve, no acumulado durante o ano, maior volume em operações compromissadas com posição doadora de recursos, preservando assim, o perfil histórico da Instituição.

b) Gestão do Risco de Crédito

A Política de Risco de Crédito tem o propósito de estabelecer estratégias, rotinas, sistemas e procedimentos direcionados à mensuração e mitigação da exposição ao risco de crédito, à prevenção e redução da inadimplência e manutenção da boa qualidade do crédito em todas as operações em que o Banco atua como uma das contrapartes.

Objetivando aplicar os recursos próprios e os administrados em nome de terceiros de maneira eficiente, sejam eles de natureza orçamentária ou não, a gestão de risco de crédito permite a ampliação do volume de operações de crédito do Banco, com probabilidades de retorno dos créditos concedidos, atuando de forma coadjuvante para que haja: melhoria da qualidade do crédito; otimização das aplicações de recursos, com definição de melhores *spreads* e qualidade das garantias; minimização do nível de exposição do capital do Banco e crescimento

Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

da margem de segurança de retorno do crédito concedido; aumento da capacidade operacional; maior transparência do processo creditício; aumento da agilidade na análise e decisão creditícia.

No modelo interno de avaliação de risco de crédito estão inseridas as diretrizes de gestão desse tipo de risco, cuja finalidade é identificar, mensurar e ponderar a exposição do Banco em suas operações de crédito, permitindo o estabelecimento de *rating* para o tomador e respectivas operações creditícias.

A classificação dos créditos do Banco, atualmente, distribui-se em diferentes níveis de risco (*rating*), levando-se em conta as características e o perfil do tomador de crédito e da operação, qualificando o risco mínimo em nível "AA" e o risco máximo em "H". A política adotada pela Instituição baseia-se em somente realizar operações de crédito com pleiteantes, pessoa física ou jurídica, cujo nível de risco esteja situado entre os *ratings* AA e C, inclusive, dentre os níveis de risco de crédito previstos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

O Banco é o responsável pela classificação da operação no nível de risco correspondente, sendo efetuada com base em critérios consistentes e verificáveis, amparada por informações internas e externas, contemplando, além dos critérios já implementados no modelo interno de avaliação, fatores como: I) em relação ao devedor e seus garantidores: situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica e limite de crédito; II) em relação à operação: natureza e finalidade do crédito, valor.

Foram adotadas as seguintes ações para qualificar a concessão do crédito, alinhar-se às boas práticas do mercado bancário e voltar-se com segurança e modernidade à gestão do risco de crédito, em conformidade com a política institucional de gestão do risco de crédito e à vista das diretrizes de Basiléia II e III e da Resolução nº 3.721/2009:

1. Contratação de empresa especializada em gestão de risco de crédito para desenvolver solução de gestão de risco de crédito para o Banco, focada nos mercados de varejo e de atacado. A aquisição incluiu implantação, instalação, parametrização, integração, personalização, prestação de suporte técnico, atualização de versão do sistema; prestação de serviços de consultoria e treinamento e garantia de manutenção do sistema. A solução está em fase de produção, com disponibilidade de acesso para as Gerências Executivas, e publicação de relatórios na intranet do Banco para acesso pela rede de agências.

A solução passa periodicamente por atualizações de versão, resultantes principalmente de demandas legais (Bacen), e por melhorias de processos operacionais de seus módulos de negócios.

As ações de Gestão de Risco de Crédito, realizadas principalmente com base na utilização dos dados da solução, estão descritas em cronograma de projeto, dentre as quais: o estabelecimento de limites de concentração setorial; disponibilização mensal de relatórios gerenciais; acompanhamento de indicadores de desempenho e outros relacionados ao risco de crédito; etc.

2. Contratação de empresa especializada em modelagem e remodelagem de risco de crédito com os seguintes objetivos: I) revisar os modelos de avaliação de risco de crédito (remodelagem) que o Banco utiliza para mensuração e gerenciamento de exposições ao risco de crédito e para efeito de atendimento aos termos da Resolução CMN nºs 2.682/1999 e 3.721/2009 e demais regulamentações associadas; II) elaborar modelagens adicionais de avaliação de risco de crédito, compatíveis com as necessidades da nova realidade organizacional e de mercado e o novo modelo de negócios do Banco com a segmentação de clientes; III) redefinir fronteiras de decisão, pontos de corte e limites de exposição ao risco de crédito.

Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A consultoria entregou os relatórios referentes aos novos modelos por segmento, além de remodelagem das operações de tesouraria e operações estruturadas, apetite a risco, e documentação final consolidando as informações.

Os trabalhos realizados pela consultoria e a aquisição de uma nova ferramenta de controle tornarão ainda mais eficiente a gestão do risco de crédito institucional e fortalecerá a respectiva aderência às políticas institucionais e às exigências do acordo de Basiléia II e III e da Resolução nº 3.721/2009, com ganho de conhecimento técnico às equipes internas responsáveis pela modelagem e remodelagem periódicas.

Iniciaram-se as ações para aquisição de um novo sistema de avaliação de risco de crédito para a instituição, que irá abranger a avaliação de risco dos clientes e das operações, além de disponibilizar informações para o cálculo da provisão das operações de crédito, definindo o nível de risco de arrasto, conforme a Resolução CMN nº 2.682/1999. O processo encontra-se em fase de finalização do termo de referência para publicação do edital do processo licitatório.

3. Contratação de empresa especializada para implantação de solução customizada de garantias, objetivando consolidar a base de garantias do Banco e oferecer ferramentas automatizadas para o seu gerenciamento, sendo uma única base corporativa de informações da Instituição, controlando a suficiência ou disponibilidade de garantias, contribuindo para reduzir o risco operacional, bem como instrumento de mitigação de risco de crédito. O projeto teve seu escopo inicial alterado para atender a necessidade do Banco referente a garantias de direitos creditórios (recebíveis), principalmente da área de fomento.

4. Estão em desenvolvimento as alterações do sistema de crédito para que seja integrado com os sistemas de garantias, de cadastro, de recebíveis e de crédito comercial. Desta forma, o sistema será disponibilizado para produção, com previsão para abril de 2015.

c) Gestão do Risco de Mercado

A gestão do Risco de Mercado definida pelo Banco estabelece os limites máximos de exposição por fator de risco, tipo de papel e limite de VaR, além dos critérios utilizados na classificação da carteira de negociação (*trading*), conforme os termos da Circular Bacen nº 3.354/2007.

O *Value at Risk* (VaR), que representa o valor máximo de potencial de perda a que fica exposta a Instituição em função de oscilação dos preços dos seus ativos, é calculado diariamente para as diversas carteiras do Banco, em complementação ao modelo de alocação de capital definido pelo Bacen.

Em termos de aplicação de recursos, o Banco mantém alocação de 76,3% do valor de mercado (MtM) da sua carteira em papéis indexados à Selic e CDI. O baixo valor em risco é também evidenciado por um VaR de R\$4.488 (R\$2.751 em 2013), o que representa um percentual de 0,09% do valor de mercado total da carteira.

Comparativamente ao saldo do VaR de 2013, que foi de R\$2.751, houve aumento da exposição ao Risco de Mercado, que se justifica pela assinatura do contrato de mútuo com a União para reforçar o Patrimônio de Referência, resultando em um aporte de R\$1 bilhão, efetivados em 09/12/2014 através da disponibilização de títulos públicos prefixados – LTN. Para atenuar o risco, o Banco está realizando operações de *hedge* em derivativos – DI Futuro, em que a Instituição vem assumindo posições compradas em taxas de juros nesse contrato.

d) Risco Operacional

O risco operacional é definido como sendo a possibilidade de ocorrência de perda resultante de falhas, deficiências ou inadequação de processos, pessoas, sistemas ou eventos externos. A gestão consolidada deste risco é responsabilidade de uma unidade específica, operacionalmente independente, sem conflito de interesses, que está vinculada à Diretoria de Controle, cujo diretor é responsável pela gestão do risco operacional perante o Banco Central,

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

não mantendo responsabilidades pela gestão de recursos de terceiros e tem sido calcada, principalmente, em melhorias dos aspectos qualitativos, que estão relacionados à otimização de controles, processos e procedimentos.

d) Gestão de Capital

No sentido de aprimorar sua gestão de capital e alinhado às determinações do Conselho Monetário Nacional (Res. CMN nº 3.988/2011), o Banco implantou estrutura de gestão de capital inicialmente formada por um projeto corporativo, que tem como responsável perante o Banco Central o Diretor de Controle e Risco.

O projeto envolve diversas áreas do Banco e para isso foi formado um Comitê composto por representantes das áreas com maior participação no contexto de Basileia III.

O Banco possui políticas, estratégias e ferramentas para identificação e avaliação dos riscos a que está exposto, inclusive aqueles não abrangidos pelo patrimônio de referência exigido (PRE).

e) Índice de Basileia (limite operacional)

Com a vigência da Resolução CMN nº 4.192/2013 foi procedido o cálculo para apuração do PR, de acordo com as novas regras:

	2014	2013
	Financeiro	Financeiro
Patrimônio de Referência (PR)	2.637.993	1.624.994
PR Nível I	2.637.993	1.624.994
Capital Principal	2.637.993	1.624.994
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	15.071.072	11.780.310
Risco de Crédito (RWA_{CPAD})	13.638.519	11.067.045
Risco de Mercado (RWA_{MPAD})	692.831	654
Risco Operacional (RWA_{OPAD})	739.722	712.611
Requerimento Mínimo de Capital	-	-
Capital Principal Mínimo Requerido ⁽¹⁾	678.198	530.114
PR Nível I Mínimo Requerido ⁽²⁾	828.909	647.917
PR Mínimo Requerido ⁽³⁾	1.657.818	1.295.834
Parcela de risco de mercado (Rban)	1.290	2.568
Margem sobre os Requerimentos de Capital		
Margem sobre o Capital Princ. Mínimo Requerido	1.959.794	1.094.879
Margem sobre o PR Nível I Mínimo Requerido	1.809.084	977.076
Margem sobre o PR Mínimo Requerido	980.175	329.159
Margem sobre o PR Mínimo Requerido incluído R_{BAN}	978.885	326.591
Índice de Capital Principal (CP / RWA)	17,5%	13,8%
Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA)	17,5%	13,8%
Índice de Basileia (PR / RWA)	17,5%	13,8%

(1) Representa o mínimo de 4,5% do RWA.

(2) Representa o mínimo de 5,5% do RWA, de 01.10.2013 a 31.12.2014, e de 6% do RWA, a partir de 01.01.2015.

(3) Corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA.

27. Análise de Sensibilidade

O Banco da Amazônia mantém um processo permanente de monitoramento de todas as posições expostas ao risco de mercado, através de medidas aderentes às boas práticas do mercado

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

financeiro nacional e internacional, e condizente com Basileia.

As análises de sensibilidade são realizadas, rotineiramente, com o objetivo de avaliar as possíveis exposições do Banco em situações de estresse ou de condições extremas no mercado.

O quadro a seguir demonstra a análise de sensibilidade dos ativos da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários:

Exposições Financeiras		Dezembro/2014 – R\$ mil		
Fatores de Risco	Definição	Cenários		
		1	2	3
Prefixado	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas em reais	3.505	62.794	119.166
Índice de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índice de preços	978	25.587	48.867
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moeda estrangeira	-	-	-
Outros	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores	5	318	600
Total		4.488	88.699	168.633

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos seguintes cenários, considerando informações de mercado (BM&FBovespa, Anbima, Bacen, etc) em 31 de dezembro de 2014:

Cenário 1: A base deste cenário são as condições normais de mercado para os fatores de risco, tais como a curva de taxa de juros futuros DI e o câmbio do dia. Utilizou-se a cotação Reais/Dólar a R\$2,66 e a taxa DI de 1 ano no nível de 11,6%a.a. Neste cenário, o VaR apresentado foi de R\$4.488.

Cenário 2: Foi aplicado estresse de 25% sobre os dados acima (cenário 1). Os resultados projetados foram a cotação Reais/Dólar a R\$3,32, e a taxa DI de 1 ano no nível de 14,5%a.a., com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 25% nas respectivas curvas ou preços. O resultado de VaR foi acima de R\$88.699.

Cenário 3: Foi utilizado estresse de 50% sobre os dados do cenário 1, resultando, para a cotação Reais/Dólar, o valor de R\$3,98 e para a taxa DI de 1 ano, o nível de 17,4% a.a., com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 50% nas respectivas curvas ou preços. O total de VaR nesse cenário foi de R\$168.633.

Os resultados apresentados no quadro de análise de sensibilidade refletem os impactos para cada cenário numa posição estática da carteira para o dia 31 de dezembro de 2014, desconsiderada a possibilidade de utilização de instrumentos mitigadores de risco. Os resultados apresentados confirmam o perfil conservador do Banco da Amazônia, que mesmo com choques paralelos de 25% e 50% sobre todo o cenário de referência, apresentaram baixa variação no valor das posições detidas pela instituição, em que o maior resultado de exposição foi R\$168 milhões para um portfólio marcado a mercado de aproximadamente R\$5,3 bilhões, ou seja, o valor em risco corresponde a 3,2% em relação a essa exposição total.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Demonstração do resultado abrangente

	2014	2013
Lucro líquido do Período	186.319	182.498
Outros Resultados Abrangentes	(41.190)	(661.124)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(42.764)	(662.681)
Próprios – TVM Ajuste	(3.009)	(20.512)
Próprios – Delib.CVM nº 695/2012	(39.755)	18.153
Próprios – Planos Saldados	-	(660.322)
Realização da Reserva de Reavaliação	1.574	1.557
IR e CSLL s/ Outros Lucros Abrangentes	16.380	172.838
Sobre a marcação a mercado	1.200	8.208
Sobre a realização da reserva	(630)	(622)
Sobre ajustes da Delib. CVM nº 695/2012	15.810	165.252
Resultado Abrangente Líquido de IR e CSLL	(24.810)	(488.286)
Resultado Abrangente do Período	161.509	(305.788)

29. Outras Informações

a) Avais e fianças prestados

Os avais e fianças prestados pelo Banco apresentam a seguinte composição:

	2014	2013
Garantias prestadas, inclusive risco de crédito do FNO	7.700.375	6.338.711
Coobrigação em cessão de créditos – alongamento crédito rural	118.529	101.490
TOTAL	7.818.904	6.440.201

b) Seguros

O Banco mantém seguros contra incêndio e outros riscos para itens do imobilizado, cuja cobertura é de R\$127.096 (R\$289.988 em 2013), determinada em função dos valores e riscos envolvidos.

c) Contingências

Passivos cíveis, fiscais e trabalhistas – Em função das atividades que desenvolve, o Banco da Amazônia possui demandas cíveis, fiscais e trabalhistas em trâmite nas esferas judiciais e administrativas, em diversas fases processuais. Utiliza-se como critério de provisão o valor estimado da perda média apurada das condenações nos últimos 5 anos por grupos homogêneos, aplicando-se os valores obtidos sobre cada processo ajuizado contra o Banco. Assim, a regra atual envolve a obrigação de provisionar todos os processos cadastrados, seja pela perda média apurada, seja pelo valor de condenação.

Outros – referem-se a ações judiciais ingressadas por cotistas dos fundos de investimentos geridos e custodiados pelo Banco Santos, para liberação de recursos aplicados, em função da liquidação daquela Instituição. O saldo da provisão estimada para cobrir futuras perdas é de R\$8.370 (R\$8.370 em 2013).

Notas Explicativas NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação da provisão no período está abaixo especificada:

	Saldo em 31.12.2013	Adição	Utilização	Saldo em 31.12.2014
Trabalhista (Indenizações)	36.312	34.479	(24.413)	46.378
Cível/Fiscal	35.090	19.236	(13.449)	40.877
Fundos de Investimento	8.370	8.059	(8.059)	8.370

A metodologia aplicada para provisionamento, com base nas perdas médias, prevê a atualização anual da base e dos fatores de ponderação que compõem o cálculo por matéria/ação, o que neste momento, substitui a atualização monetária. Estão sendo realizados estudos para implantação de índices de correções para os registros de condenações.

Foi contratada, em 01.09.2014, empresa que deverá reestruturar o departamento jurídico com reavaliação do modelo de terceirização, bem como contribuir para o saneamento da base de dados do sistema de acompanhamento processual interno do Banco.

d) Depósitos em Garantia de Recursos

Os saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências estão abaixo demonstrados:

	2014	2013
Demandas Trabalhistas	35.655	33.293
Demandas Fiscais	409	409
Demandas Cíveis	8.684	8.646
Total	44.748	42.348

Finam

O Banco da Amazônia S.A., na figura de operador do Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam), vem sendo questionado administrativamente e judicialmente por alguns cotistas do Fundo, em relação a possíveis irregularidades no processo de transferência de titularidade de cotas. Apurações indicam que os questionamentos abrangem 81.537.574.331 cotas, totalizando R\$27.152 (R\$42.563 em 2013), com base no valor patrimonial da cota em 31 de dezembro de 2014. No atual estágio dos processos, os assessores jurídicos do Banco classificaram a perda como possível, não ensejando, portanto, provisionamento dos valores envolvidos.

e) Relacionamento com Auditores Independentes

Os auditores independentes no decorrer do período findo em 31 de dezembro de 2014, não prestaram outros serviços que não os relacionados a auditoria externa.

Maria de Belém Silva Cotta
Contadora
CRC-PA Reg. 007217/O

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Com Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores do
Banco da Amazônia S.A.
Belém - PA

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco da Amazônia S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre, findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

Limitação de escopo relacionada às provisões para contingências previdenciárias dos planos de Benefícios liquidados

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 13 e nº 24, o Banco possui registrado, em 31 de dezembro de 2014, o montante de R\$322.337 mil (R\$321.686 mil em 31 de dezembro de 2013), que julga ser necessário para cobrir as prováveis saídas de recursos decorrentes das diversas demandas judiciais contra a CAPAF e o Banco, impetradas pelos participantes e assistidos dos planos de benefícios. O referido montante foi apurado com base nos critérios definidos pela Deliberação CVM nº 695/12, porém considerando a paridade contributiva de 50%, sem estudos individualizados por processos judiciais e assumindo que os participantes e assistidos teriam capacidade e condições para arcar com 50% da obrigação atuarial. Consequentemente, considerando a ausência de estudos individualizados e o provisionamento parcial com base na paridade contributiva de 50%, não nos foi possível concluir se o montante provisionado é suficiente para suportar as saídas de caixas futuras que poderão ser requeridas quando dos desfechos dos processos judiciais, bem como sobre a movimentação ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 nas rubricas "Outros ajustes de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido débitos no montante de R\$23.714 mil e na despesa com benefícios pós-emprego débitos no montante de R\$73.253 mil (créditos no montante de R\$10.892 mil e débitos de R\$46.077 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e débitos nos montantes de R\$29.799 mil e R\$50.086 mil no semestre findo em 31 de dezembro de 2014, respectivamente), bem como os respectivos créditos tributários constituídos sobre o montante dessa provisão em 31 de dezembro de 2014, no montante de R\$95.108 mil (R\$112.406 mil em 31 de dezembro de 2013).

Opinião

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos da limitação de escopo descrita no parágrafo "base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco da Amazônia S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre, findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfases

Desfecho de ações referente à liquidação dos planos de benefício

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 24, que descreve as incertezas relacionadas aos desfechos das ações judiciais (mandados de segurança) relacionadas à suspensão dos processos de liquidação dos planos de benefícios.

Incertezas quanto às avaliações atuariais anuais dos contratos de saldamento dos planos de benefícios

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 24, que evidencia que o Banco possui registrado, em 31 de dezembro de 2014, como outras obrigações no passivo circulante e não circulante o montante de R\$738.184 mil (R\$711.723 mil em 31 de dezembro de 2013) decorrente do reconhecimento do saldamento dos planos de benefícios previdenciários. As liquidações financeiras da referida obrigação poderão ocorrer por valores diferentes daqueles consignados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014, pelo fato de existir previsão contratual de reavaliações atuariais anuais, visando à manutenção do equilíbrio financeiro dos pagamentos dos benefícios aos assistidos.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco, para o exercício e semestre, findos em 31 de dezembro de 2014, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos da limitação de escopo descrita no parágrafo “base para opinião com ressalva” está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Brasília - DF, 10 de fevereiro de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Marcelo Faria Pereira
Contador CRC RJ-077911/O-2

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

CONSELHO FISCAL

PARECER CF N° 2015/001

Ref. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO BANCO DA AMAZÔNIA S/A - EXERCÍCIO DE 2014.

O Conselho Fiscal do Banco da Amazônia S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com o artigo 163 da Lei nº 6.404/76, examinou o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas da Instituição relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Os exames das demonstrações citadas no parágrafo anterior foram complementados, ainda, por análise de documentos e, substancialmente, por informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal, no decorrer do exercício, pela Administração da Instituição, essencialmente, pela Contadoria.

Após análise do Parecer da Auditoria Independente KPMG Auditores Independentes, de 10 de fevereiro de 2015, em especial quanto aos assuntos apontados em relação à Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia – CAPAF e possíveis efeitos que poderão advir do assunto mencionado na Nota Explicativa nº 24, o Conselho Fiscal é de opinião que os referidos documentos estão aptos a serem apresentados à Assembléia Geral Ordinária (AGO) do Banco da Amazônia.

Belém (PA), 10 de fevereiro de 2015.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

A Diretoria do Banco da Amazônia S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutária, examinou as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas do exercício findo em 2014 e declara estar de acordo com as informações constantes nos referidos documentos. Quanto ao Parecer emitido pela KPMG Auditores Independentes, datado de 10 de fevereiro de 2015, relativo a essas demonstrações financeiras, a Administração do Banco está adotando todas as medidas ao seu alcance, para a solução dos itens ressalvados.

Belém (PA), 10 de fevereiro de 2015.

Diretoria Executiva

Valmir Pedro Rossi
Presidente

Antônio Carlos de Lima Borges
Diretor

José Marques de Lima
Diretor

Luiz Otávio Monteiro Maciel Júnior
Diretor

Wilson Evaristo
Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria do Banco da Amazônia S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutária, examinou as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas do exercício findo em 2014 e declara estar de acordo com as informações constantes nos referidos documentos. Quanto ao Parecer emitido pela KPMG Auditores Independentes, datado de 10 de fevereiro de 2015, relativo a essas demonstrações financeiras, a Administração do Banco está adotando todas as medidas ao seu alcance, para a solução dos itens ressalvados.

Belém (PA), 10 de fevereiro de 2015.

Diretoria Executiva

Valmir Pedro Rossi
Presidente

Antônio Carlos de Lima Borges
Diretor

José Marques de Lima
Diretor

Luiz Otávio Monteiro Maciel Júnior
Diretor

Wilson Evaristo
Diretor